

PREGÃO ELETRÔNICO

90017/2026

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA (UASG: 983873)

OBJETO Contratação de empresa especializada, visando à locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários, para atender à Secretaria Municipal de Educação, de Santo Antônio de Jesus/BA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 577.838,33 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
13. DOS RECURSOS	18
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS/BA (UASG: 983873)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026

(Processo Administrativo 1doc nº16.232/2025)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, por meio do Departamento de Seleção de Fornecedor, sediado na Avenida Dois de Julho, nº 96, Shopping Itaguari, 4º piso, Sala 424B a 426B, Ernesto Melo, CEP 44440-900, Santo Antônio de Jesus, Bahia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital..

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada, visando à locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários, para atender à Secretaria Municipal de Educação, de Santo Antônio de Jesus/BA. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.



5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *Valor total do item;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.



- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 (um centavo)*.
- 7.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas brasileiras;

7.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



- 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
 - 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.



8.13. Conforme o Termo de Referência o licitante classificado em primeiro lugar deverá submeter-se à etapa eliminatória destinada a comprovar, de Prova de Conceito (POC), conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados exclusivamente pelo sistema www.compras.gov.br em.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.



9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br e E-mail licitacao@saj.ba.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e



14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.compras.gov.br e E-mail licitacao@saj.ba.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Mapa de risco
- 16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.4 Anexo IV – Modelo de proposta
- 16.11.5 Santo Antônio de Jesus, 18 de maio de 2026.

MARIA EDILEIDE SOUZA CASTRO

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Termo de Referência 283/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
283/2025	983873-MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS	ANDREISY ANDRADE BARRETO	17/04/2026 10:48 (v 0.10)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	177/2025	16232/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 16.232/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada, visando à locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários, para atender a Secretaria Municipal de Educação, de Santo Antônio de Jesus, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários.	27502	serviço	1	R\$ 577.838,33	R\$ 577.838,33

1.1.2. Descrição do referido Objeto, com as respectivas quantidades:



1	RECADASTRAMENTO DE ESTUDANTES DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1.	Distribuição espacial dos estudantes das redes municipal e estadual de ensino.	26077	und	16.483	R\$ 2,04	R\$ 33.584,11
1.2.	Roteirização do trecho casa/ponto à Unidade Escolar dos estudantes usuários do Transporte.	26077	und	7.631	R\$ 3,54	R\$ 26.994,66
1.3.	Confecção de carteirinha em PVC impressa em apenas um lado, com suporte, cordão em cor única e jacaré.	10.111	und	7.631	R\$ 9,02	R\$ 68.850,70
TOTAL						R\$ 129.429,47
2	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE WEB COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1.	Implantação em veículos oficiais da educação, com equipamentos – GPS, com controlador de acesso via smartphone com leitor de QR Code.	25.410	und	24	R\$ 508,91	R\$ 12.213,90
2.2.	Implantação em veículos prestadores de serviços à educação, com equipamentos – GPS, com controlador de acesso via smartphone com leitor de QR Code.	25.410	und	127	R\$ 508,91	R\$ 64.631,89
2.3.	Implantação em veículos de passeio, prestadores de serviços à educação (PCDs), com equipamentos – GPS, com controlador de acesso via smartphone com leitor de QR Code.	25.410	und	54	R\$ 508,91	R\$ 27.481,28
TOTAL						R\$ 104.327,06
3	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA ALUNOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL (Valor Unitário x Quant. Estimada Alunos)	VALOR TOTAL ANUAL (Valor Total Mensal x 12 meses)
3.1.	Hospedagem em nuvem, backup diário, atualizações, manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico (estudante/ mês).	26.077	mensal	7.631	R\$ 3,76	R\$ 28.673,48	R\$ 344.081,79
OBS.: PREÇO TOTAL ESTIMATIVA ANUAL – Itens 1 e 2 (PAGAMENTO ÚNICO) + item 3, (PAGAMENTO EM 12 PARCELAS MENSAIS).							
Itens 1 e 2: R\$ 233.756,54 - Pagamento Único;							
Item 3: R\$ 344.081,79 - Pagamento Parcelado em 12 vezes.							

1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste Termo de Referência.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua prestação deve ocorrer de forma ininterrupta, com renovação periódica, caráter permanente e necessidade de manutenção constante de níveis de desempenho, essenciais à continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Educação, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 **(doze) meses**, contados da assinatura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, em anexo e apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação **não estava previsto no Plano de Contratações Anual 2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

A presente contratação não estava prevista no Plano de contratações Anual 2025, tendo em vista que se tratava de demanda extraordinária e inédita, não sendo possível sua previsão durante o período de elaboração do PAC .

No entanto, convém salientar que, a contratação de solução tecnológica integrada para gestão, monitoramento e controle do transporte escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Santo Antônio de Jesus, encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, às políticas públicas educacionais e às diretrizes de modernização da gestão pública, transparência e eficiência administrativa.

Além disso, a demanda decorre da necessidade de aprimorar os mecanismos de planejamento, fiscalização e controle da execução do transporte escolar, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança aos estudantes transportados. Tal iniciativa está em consonância com



os princípios da eficiência, da transparência previstos no artigo 37, da Constituição Federal, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que incentiva a utilização de soluções tecnológicas para aprimorar a gestão contratual e o controle da Administração Pública.

A adoção de sistema tecnológico específico para gestão do transporte escolar permitirá o acompanhamento em tempo real das rotas realizadas, o controle de embarque e desembarque de estudantes, o registro de quilometragem percorrida, bem como a geração de relatórios gerenciais que subsidiem a tomada de decisões administrativas e o aperfeiçoamento contínuo da política pública de transporte escolar.

Ademais, a implementação da solução contribuirá para o fortalecimento das ações de planejamento logístico da rede de transporte escolar, permitindo maior precisão na definição de rotas, otimização da utilização da frota, redução de custos operacionais e melhoria na qualidade do serviço prestado aos estudantes da rede pública de ensino.

A contratação também se alinha às diretrizes e instrumentos de gestão do transporte escolar adotados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas de apoio ao planejamento e monitoramento das rotas cadastradas no Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar – SETE, o que possibilita maior integração entre as bases de dados educacionais e os sistemas de gestão municipal.

Acrescenta-se que, a presente contratação encontra-se prevista no planejamento da Administração Municipal, estando formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. Há compatibilidade entre a necessidade identificada, a previsão orçamentária e a programação financeira do Município, demonstrando o adequado alinhamento entre planejamento, orçamento e execução administrativa.

Além do mais, a estimativa de valor e o prazo de implementação da solução foram definidos considerando a abrangência do sistema, o número de veículos e rotas atendidas, a necessidade de integração com bases educacionais existentes e a importância de garantir continuidade, segurança e confiabilidade no monitoramento do transporte escolar.

Destarte, a presente contratação não consta formalmente no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025, por se tratar de demanda superveniente. Contudo, encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal, às políticas públicas educacionais e às diretrizes de modernização da gestão pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá assegurar solução tecnológica integrada que permita a gestão completa, automatizada, segura e rastreável do transporte escolar, contemplando recadastramento, controle operacional, monitoramento em tempo real e geração de relatórios gerenciais, atendendo às normas federais, às decisões judiciais, aos Termos de Ajustamento de Conduta.

Para tal, a contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos funcionais, técnicos, operacionais, de segurança e disponibilização de equipamentos e infraestrutura:



4.1.1. Requisitos Funcionais da Solução

A plataforma contratada deverá:

- a) Realizar cadastramento e recadastramento digital de estudantes, com identificação geográfica obrigatória por latitude e longitude;
- b) Permitir controle eletrônico de embarque e desembarque, por QR Code, RFID ou tecnologia equivalente, funcionando mesmo em modo offline com sincronização posterior. O modo offline deve garantir a integridade dos dados por até 72 horas de operação contínua sem sinal, com protocolo de priorização para sincronização imediata dos registros de segurança (botão de pânico ou desvios críticos) assim que a conexão for restabelecida;
- c) Registrar frequência estudantil automática, associada a veículo, motorista, horário e itinerário;
- d) Realizar monitoramento em tempo real via GPS, com central operacional e registro de rotas executadas;
- e) Disponibilizar roteirização automática, considerando menor distância, tempo e otimização de trajetos, inclusive importação via KML /GPX;
- f) Emitir relatórios gerenciais consolidados sobre quilometragem, frequência, custos, abastecimentos, jornada de motoristas, manutenções, rotas planejadas/executadas e indicadores financeiros (custo médio por estudante transportado e por km rodado);
- g) Permitir importação de dados do INEP/Censo Escolar, bem como possibilidade de integração com outros sistemas utilizados pelo Município;
- h) Gerar carteirinhas com QR Code, de forma coletiva e individual, com dados obrigatórios mínimos;
- i) Possibilitar modo de embarque fixo e embarque aleatório, permitindo mobilidade entre veículos;
- j) Disponibilizar aplicativos móveis compatíveis com iOS e Android, disponibilizados nas respectivas lojas oficiais (App Store e Play Store), ou solução equivalente em Progressive Web App (PWA) acessível via navegador;
- k) Possibilitar notificações automáticas aos responsáveis em casos de ausência ou atraso, além da exibição do veículo em tempo real.

4.1.2. Requisitos Técnicos Mínimos:

- a) A solução deverá ser nativamente baseada em arquitetura web (Software as a Service – SaaS), acessível por navegador, sem necessidade de instalação local ou utilização de plugins. Justificativa: garante estabilidade, segurança, escalabilidade e menores custos de infraestrutura.
- b) Acesso responsivo e suporte a múltiplos dispositivos. Justificativa: assegura operação contínua por motoristas, monitores, gestores e responsáveis.
- c) Auditoria completa das operações. Justificativa: essencial para rastreabilidade, fiscalização, responsabilização e cumprimento de TACs.
- d) Exportação de dados em formato aberto (CSV, XML ou similar). Justificativa: garante interoperabilidade e evita aprisionamento tecnológico.
- e) Migração de dados históricos sem ônus para o Município. Justificativa: preserva informações essenciais e assegura continuidade administrativa.
- f) Alta disponibilidade e backup diário automatizado. Justificativa: necessário para funcionamento ininterrupto e segurança das informações.

4.1.2.1. Ao término ou rescisão do contrato, a contratada deverá entregar à Administração, no prazo de 15 (quinze) dias e sem custos adicionais, o banco de dados completo (incluindo cadastros georreferenciados, históricos de rotas e logs de frequência) em formato aberto e estruturado (ex: SQL ou JSON), acompanhado do respectivo dicionário de dados, visando garantir a continuidade do serviço e evitar o aprisionamento tecnológico.

4.1.2.1.1. Além dos formatos SQL ou JSON, o sistema deverá permitir a exportação programada e automática de relatórios de quilometragem, frequência para pastas em nuvem (ex: Google Drive/OneDrive) da Administração, servindo como backup externo independente da plataforma contratada.

4.1.3. Requisitos de Segurança e Proteção de Dados A solução deverá contemplar:

- a) Criptografia HTTPS. Justificativa: evita interceptação de informações sensíveis, especialmente localização de estudantes.
- b) Controle de permissões por perfil de acesso. Justificativa: reduz risco de vazamento e uso indevido de dados.
- c) Proteção contra exclusão de dados com vínculo. Justificativa: garante integridade e segurança de registros essenciais à fiscalização.
- d) Armazenamento seguro e rastreável. Justificativa: assegura confiabilidade das informações e permite auditoria.
- e) Política de backup e Plano de Recuperação de Desastres (DR).

Justificativa: previne perda de dados críticos e garante continuidade do serviço.

f) Conformidade com a LGPD.

Justificativa: protege dados pessoais, inclusive sensíveis, de crianças e adolescentes

4.1.4. Requisitos de Equipamentos e Infraestrutura

A contratada deverá disponibilizar, em comodato, todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do Sistema integrado de gestão do transporte escolar. Esses equipamentos devem ser adequados para operação contínua, garantindo confiabilidade, segurança e compatibilidade total com o software contratado. A seguir, apresentam-se os requisitos mínimos de equipamentos, acompanhados de suas respectivas justificativas, sem prejuízo de outros dispositivos adicionais que se façam necessários para garantir a plena execução e desempenho da solução.

a) Módulos de rastreamento GPS com conectividade 4G ou superior, com mecanismo automático de fallback para redes disponíveis em áreas de baixa cobertura. Justificativa: Essenciais para o monitoramento em tempo real da frota, permitem auditoria de rotas, horários e quilometragem, atendendo às exigências da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 e às determinações judiciais. O fallback 2G garante operação mesmo em áreas com baixa cobertura.

b) Kits de conectividade embarcados (modems, antenas e demais dispositivos) Justificativa: Garantem transmissão contínua de dados do veículo para a plataforma central, mesmo durante deslocamentos longos. São necessários para sincronização do GPS, atualização da rota, registro da frequência e envio de alertas automáticos.

c) Assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com reposição dos equipamentos.

Justificativa: Os dispositivos embarcados são fundamentais para a fiscalização do transporte escolar. Interrupções em seu funcionamento comprometem a segurança dos estudantes e inviabilizam o monitoramento. Por isso, a contratada deve assegurar manutenção contínua e reposição imediata.

4.4.1. A responsabilidade pelo fornecimento, ativação e custeio mensal dos planos de dados (SIM Cards/M2M) necessários para a telemetria e sincronização dos dispositivos embarcados e coletores móveis é integral da contratada, devendo tais custos estarem inclusos no valor unitário da locação.

4.4.2. A contratada deverá garantir que os SIM Cards fornecidos possuam tecnologia de roaming nacional (multi-operadora), assegurando a transmissão de dados mesmo em deslocamentos que atravessem diferentes áreas de cobertura celular.

4.1.5. Da compatibilização com o Sistema de Gestão de Transporte Escolar – SETE/FNDE

Em atenção às diretrizes do FNDE para execução do PNATE, registra-se que a gestão da operação de transporte escolar mantida, mesmo que parcialmente, com recursos do Programa continuará sendo realizada por meio do Sistema de Gestão de Transporte Escolar– SETE, fornecido gratuitamente pelo FNDE.

O sistema a ser contratado terá caráter complementar ao SETE, destinado a ampliar os mecanismos de planejamento, controle operacional, monitoramento operacional, recadastramento georreferenciado de estudantes e geração de indicadores gerenciais e relatórios analíticos para apoio à gestão do transporte escolar, devendo permitir, sempre que tecnicamente possível, a exportação e a importação de dados em formatos abertos, de modo a facilitar a alimentação e a compatibilização das informações com o SETE.

Assim, a solução tecnológica ora estudada não substitui o sistema disponibilizado pelo FNDE, mas o complementa, reforçando a capacidade de gestão local, de transparência dos dados e de prestação de contas relativa ao transporte escolar”.

4.1.6 Comprovação da Qualificação Técnico-Operacional

Para assegurar a adequada execução do objeto e garantir que a empresa contratada possua experiência prévia compatível com a complexidade da solução, será exigida comprovação de qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o item de maior relevância, qual seja:

Gestão de solução integrada aplicada ao transporte escolar, envolvendo controle de estudantes, monitoramento operacional e suporte continuado, com alunos matriculados nas redes Municipal e Estadual, conforme Censo Escolar.

4.1.6.1 Exigência mínima objetiva:

A licitante deverá comprovar ter atendido, em contrato anterior, pelo menos 30% (trinta por cento) da quantidade de alunos prevista nesta contratação, considerando o volume total de estudantes geridos por meio de plataforma integrada.

O percentual adotado observa o princípio da proporcionalidade e tem como objetivo assegurar que a empresa possua experiência comprovada na operação de soluções em escala semelhante à da contratação pretendida, reduzindo riscos de falhas operacionais na fase de implantação.

4.1.6.2. Finalidade da exigência:

- a) Garantir capacidade técnica para operar solução em larga escala;
- b) Assegurar experiência concreta com atendimento massivo de estudantes;
- c) Demonstrar capacidade de suporte operacional, infraestrutura tecnológica e atendimento simultâneo;
- d) Mitigar riscos operacionais, tecnológicos e de implantação;
- e) Atender ao dever de verificação de aptidão para desempenho do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.6.3. Forma de comprovação:

O atestado deverá:

- a) Ser emitido por entidade contratante (pública ou privada);
- b) Discriminar expressamente a quantidade de alunos atendidos;
- c) Comprovar que o serviço prestado envolveu plataforma tecnológica integrada, com módulos de controle de embarque /desembarque, GPS, roteirização e suporte operacional;
- d) Ser acompanhado das respectivas declarações de veracidade, quando emitido por entes privados.

4.1.7. Requisito de Aprovação em Prova de Conceito (POC)

A licitante classificada em primeiro lugar deverá se submeter à etapa eliminatória destinada a comprovar, de Prova de Conceito (POC), forma prática, que a solução ofertada atende aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, sendo que, para realização da Prova de Conceito, será convocada a licitante classificada, observado a ordem de classificação conforme a proposta apresentada.

A Prova de Conceito será realizada após a fase de julgamento da proposta e antes da adjudicação, exclusivamente com a licitante classificada em primeiro lugar, com a finalidade de comprovar a aderência da solução às especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

A POC tem natureza de teste técnico objetivo, visando garantir a verificação real da capacidade da solução antes da contratação definitiva, em conformidade com os princípios da eficiência, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.1.7.1. Objetivos da Prova de Conceito:

- * Funcionamento completo da plataforma web (SaaS);
- * Funcionamento dos aplicativos móveis;
- * Operação do controle de embarque/desembarque por QR Code ou RFID;
- * GPS em tempo real; Registro correto das rotas;
- * Emissão de relatórios gerenciais e indicadores;
- * Roteirização automática;
- * Integridade da sincronização dos dados;
- * Estabilidade, fluidez e capacidade de operação.

4.1.7.2. Metodologia da POC:

- * Realização presencial;
- * Instalação de equipamentos em até 02 veículos;



- * Demonstração completa do sistema em ambiente real ou simulado;

- * Acesso integral aos módulos ofertados; Testes online e offline.

4.1.7.2.1. A avaliação será baseada em um roteiro de testes (Checklist) com critérios 'Atende/Não Atende'. Será considerada reprovada a solução que não demonstrar, em tempo real, a precisão do GPS com margem de erro inferior a 15 metros em ambiente de céu aberto e a fluidez no processamento de embarque conforme o item seguinte.

4.1.7.2.2. O teste de estresse consistirá no processamento de embarque de 30 estudantes fictícios em no máximo 90 segundos. Este tempo é o parâmetro de aceitação global, correspondendo à média técnica de 3 segundos por aluno, critério essencial para garantir que a tecnologia não gere atrasos nos itinerários escolares.

4.1.7.3. Critérios Objetivos de Avaliação:

- * Disponibilidade plena das funcionalidades declaradas;

- * Funcionamento estável da solução; Compatibilidade com Android e iOS;

- * Transmissão correta dos dados do GPS; Leitura correta de QR Code/RFID;

- * Geração de relatórios sem inconsistências; Sincronização adequada entre dispositivos e plataforma;

- * Conformidade com requisitos de segurança e LGPD;

- * Usabilidade adequada pelos perfis de usuários indicados.

4.1.7.4. Resultado da POC:

- * Caráter eliminatório;

- * Exigência de cumprimento integral dos requisitos essenciais;

- * Desclassificação automática em caso de não aprovação;

- * Convocação da empresa subsequente, caso necessário.

4.1.7.5. Custos da POC:

- * Todos os custos serão arcados pela licitante;

- * Vedada qualquer cobrança ao Município.

4.1.7.6. Registro e Transparência:

- * Documentação em ata técnica;

- * Registro fotográfico e relatório de avaliação;

- * Resultado formalizado no processo administrativo.

SaaS: Software as a Service

CSV: Comma-Separated Values

XML: Extensible Markup Language

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

DR: Disaster Recovery (Plano de Recuperação de Desastres) QR Code: Quick Response Code

PCD: Pessoa com Deficiência

4.1.8. Subcontratação:

Em conformidade com o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação será admitida de forma parcial, desde que:

- * Não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica do objeto, especialmente aquelas relativas à concepção, disponibilização, hospedagem, manutenção e operação do sistema integrado de gestão do transporte escolar;
- * Não implique transferência da responsabilidade contratual principal, que permanecerá integralmente sob a titularidade da empresa contratada;
- * Seja previamente comunicada e formalmente autorizada pela Administração Pública.

Poderão ser objeto de subcontratação apenas atividades acessórias ou instrumentais, que não configurem o núcleo essencial do objeto e não comprometam a segurança, integridade e continuidade da solução tecnológica, tais como:

- * Serviços de apoio à instalação e remoção de equipamentos embarcados (GPS, leitores QR/Rfid, modems);
- * Fornecimento de insumos gráficos para impressão de carteirinhas;
- * Logística de distribuição e recolhimento de dispositivos;
- * Suporte técnico presencial complementar, quando necessário, desde que sob supervisão direta da contratada principal.

É expressamente vedada a subcontratação:

- * do desenvolvimento, disponibilização, customização e operação do software principal;
- * da hospedagem em nuvem e gerenciamento do banco de dados;
- * da importação dos dados dos sistemas externos (INEP/Censo Escolar e plataformas municipais);
- * do controle de usuários, aplicações móveis e geração de relatórios gerenciais;
- * da segurança da informação e proteção de dados pessoais, inclusive tratamento conforme a LGPD.

A subcontratação, quando autorizada, deverá:

- * observar os mesmos requisitos de habilitação técnica aplicáveis à contratada principal;
- * comprovar regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;
- * cumprir integralmente as normas de proteção de dados e confidencialidade.

Ressalta-se que a subcontratação não exime a contratada principal de qualquer responsabilidade quanto à perfeita execução contratual, permanecendo esta como única responsável legal perante a Administração Municipal por todos os serviços executados, sejam próprios ou subcontratados.

4.1.9. Comodato - Responsabilização por Danos

Todos os equipamentos fornecidos (GPS, leitores QR/Rfid, modems, antenas e dispositivos embarcados) serão disponibilizados em comodato, para os veículos da frota própria quanto para os veículos terceirizados.

Responsabilidade por danos

4.1.9.1. Veículos da frota própria da Secretaria de Educação

- * Danos decorrentes de mau uso, negligência ou intervenção indevida por parte de servidores serão de responsabilidade do Município.
- * Danos decorrentes de defeito técnico, falha de fabricação ou desgaste natural serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá substituir o equipamento sem custo adicional

4.1.9.2. Veículos terceirizados

* Danos causados por mau uso ou manipulação indevida em veículos terceirizados serão inicialmente registrados pela contratada da solução tecnológica mediante laudo. A Administração Municipal, de posse do laudo, notificará a respectiva empresa prestadora do serviço de transporte para o ressarcimento ou substituição do equipamento, podendo realizar a glosa cautelar nos pagamentos do contrato de transporte conforme previsão específica, garantindo-se à empresa prestadora do serviço de transporte o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação do laudo, antes da efetivação definitiva do desconto no faturamento mensal.

* Danos decorrentes de defeito técnico ou vício do equipamento serão de responsabilidade da contratada principal (fornecedora da solução técnica), que deverá repor o dispositivo sem ônus.

Condições gerais

* O estoque de reserva técnica deverá ser de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de dispositivos instalados, devendo permanecer em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação em Santo Antônio de Jesus, para garantir a substituição em até 3 (três) horas em caso de falha, conforme os níveis de serviço (SLA) estabelecidos, evitando paralisação da rota.

* As responsabilidades acima devem estar previstas expressamente no contrato e no termo de comodato.

* A contratada deve registrar laudo técnico de verificação do dano, garantindo transparência e rastreabilidade.

4.1.10. Requisitos de Implantação, Suporte e Treinamento

A contratada deverá:

* Concluir implantação completa, migração de dados e treinamento em até 90 (noventa) dias após a Ordem de Serviço;

* Iniciar a implantação em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço;

* Oferecer treinamento mínimo de 8 horas por grupo de usuários, além de capacitação técnica para administradores;

* Disponibilizar suporte técnico presencial e remoto, com atendimento conforme níveis de severidade e prazos previstos em edital (máximo de 3 horas para sistemas inoperantes);

* Garantir Termo de Aceite por módulo implantado;

* Submeter-se à Prova de Conceito obrigatória e presencial, demonstrando integral funcionamento da solução antes da contratação definitiva.

Sustentabilidade

4.2. A contratação deverá observar as diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021, visando à redução de impactos ambientais e ao uso eficiente dos recursos públicos. A empresa contratada deverá:

* Utilizar solução hospedada em nuvem, reduzindo a necessidade de infraestrutura local, consumo de energia e geração de resíduos tecnológicos.

* Fornecer equipamentos necessários com baixo consumo energético, priorizando vida útil prolongada e reduzindo substituições e descartes.

* Assegurar a logística reversa e a destinação ambientalmente adequada de equipamentos, baterias e componentes que venham a ser substituídos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

* Adotar processos digitais, como controle de embarque/desembarque, geolocalização e emissão de relatórios eletrônicos, minimizando o uso de papel e de materiais físicos.

* Empregar recursos de geolocalização e gestão operacional que contribuam para a otimização de rotas do transporte escolar, reduzindo deslocamentos desnecessários, consumo de combustível e emissão de poluentes.

* Manter políticas e práticas internas de responsabilidade socioambiental aplicáveis à prestação dos serviços.

Subcontratação

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **a partir da assinatura do contrato.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A empresa contratada deverá executar todos os serviços necessários à locação, implantação, operação, manutenção e suporte do software de gestão do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio de Jesus, observando padrões de qualidade, continuidade, rastreabilidade e segurança da informação. A execução deverá seguir os métodos, rotinas, etapas, tecnologias e periodicidades descritos a seguir.

5.1.3.1. Métodos, Tecnologias e Procedimentos Utilizados:

- *Software em Plataforma Web e Aplicativo Móvel
- * Sistema acessível via navegador e aplicativos móveis para motoristas, monitores e gestores.
- * Uso de protocolos seguros (HTTPS/SSL), autenticação de usuários e criptografia de dados.

5.1.3.2. Identificação e Controle Digital dos Estudantes:

- *Identificação e Controle Digital dos Estudantes.
- * Leitura por QR Code, RFID ou equivalente para registro de embarque e desembarque.
- * Equipamentos necessários fornecidos em comodato (celulares, tablets, leitores digitais).

5.1.3.3. Tecnologia de Geolocalização e Rastreamento:

- * Monitoramento em tempo real das rotas, veículos e deslocamentos por GPS integrado.
- * Painel de controle com mapas dinâmicos e alertas operacionais.

5.1.3.4. Hospedagem em Nuvem (Cloud Computing):

- * Datacenter com alta disponibilidade, redundância, backup e escalabilidade.
- * Backups automáticos diários, semanais e mensais.

5.1.3.5. Rotinas de Atualização e Sincronização:

- * Sincronização de dados em tempo real.
- * Funcionamento em modo offline quando necessário, com posterior atualização automática.

5.1.4. Etapas de Execução:

5.1.4.1. Etapa de Implantação Inicial

- Diagnóstico e Levantamento Técnico:

- * Reuniões com a Secretaria para mapeamento de escolas, rotas, frota e estudantes.
- * Identificação das necessidades específicas do município.

5.1.4.2. Parametrização do Sistema

- * Configuração de perfis, usuários, permissões, escolas, veículos, rotas, pontos de embarque e turmas.
- * Definição de fluxos de trabalho e rotinas operacionais.

5.1.4.3. Migração de Dados

- * Importação das bases fornecidas pela Secretaria.
- * Validação, limpeza e organização da base migrada.

5.1.4.4. Fornecimento e Instalação dos Equipamentos em Comodato

- * Entrega, configuração e ativação dos dispositivos de leitura digital e terminais móveis.
- * Testes operacionais e validação do funcionamento.

5.1.4.5. Treinamento dos Usuários

- * Capacitação de motoristas, monitores, técnicos e gestores e suporte técnico contínuo, com definição de níveis de serviço (SLA).
- * Disponibilização de manuais, vídeos e guias de operação.

5.1.5. Rotinas Operacionais Contínuas:

5.1.5.1. Controle de Embarque e Desembarque (Diário).

- * Leitura digital ao início e término de cada trajeto.
- * Registro automático de horário, local e identificação do estudante.

5.1.5.2. Rastreamento e Monitoramento (Tempo Real – 24h)

- * Acompanhamento da execução das rotas.
- * Alertas de desvios, paradas indevidas e eventos operacionais.

5.1.5.3. Geolocalização dos Estudantes (Contínuo)

- * Associação e atualização dos pontos de embarque e desembarque.
- * Ajustes conforme alterações de endereço ou mudanças de rota.

5.1.5.4. Gestão e Otimização das Rotas (Mensal ou Sempre que Necessário)

- * Avaliação do desempenho operacional.
- * Ajustes para reduzir quilometragem, tempo de deslocamento e custos.

5.1.5.5. Emissão de Relatórios Gerenciais (Diário, Semanal e Mensal)

- * Frequência escolar no transporte.
- * Movimentação dos estudantes.
- * Histórico de rotas e embarques/desembarques.
- * Indicadores de desempenho e eficiência.

5.1.5.6. Sincronização e Armazenamento de Dados (Contínuo)

- * Atualização automática em nuvem.
- * Disponibilidade de informações para auditorias e consultas.

5.1.6. Rotinas de Manutenção e Suporte Técnico

5.1.6.1. Suporte Técnico (Contínuo, em dias úteis, com possibilidade de plantão ampliado, conforme demandas apresentadas)

- * Atendimento por telefone, e-mail, chat ou plataforma especializada.
- * Resolução de falhas, esclarecimento de dúvidas e ajustes operacionais.

5.1.6.2. Manutenção Corretiva e Evolutiva (Periódica)

- * Atualizações de segurança e performance.
- * Inclusão de novas funcionalidades sem custo adicional.

5.1.6.3. Manutenção dos Equipamentos em Comodato (Mensal ou Sob Demanda)

- * Troca de dispositivos defeituosos.
- * Atualização de aplicações instaladas.

5.1.6.4. Monitoramento da Infraestrutura de Hospedagem (Contínuo – 24h)

- * Garantia de disponibilidade, estabilidade, backups e mitigação de falhas.

5.1.6.5. Níveis de Serviço (SLA)

A contratada deverá garantir:

- Disponibilidade mínima do sistema: **99% mensal**;
- Tempo de resposta para suporte técnico:
 - Crítico: até 4 horas
 - Alto: até 8 horas
 - Médio: até 24 horas
- Prazo para correção de falhas críticas: até 24 horas;

O descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar aplicação de penalidades contratuais.

5.1.6.6. Frequência e Periodicidade de Execução

- * Implantação: em até 90 (noventa) dias.
- * Operação do Sistema: diária, durante todos os dias de execução do transporte escolar, ou seja, a frequência e periodicidade deverão ser contínuas, garantindo a disponibilidade integral e ininterrupta do sistema de software de gestão do transporte escolar, em ambiente web, durante todo o período de vigência contratual..
- * Controle de Embarque/Desembarque: a cada viagem realizada.
- * Rastreamento e Monitoramento: 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- * Atualizações do Sistema: contínuo, conforme releases da contratada.
- * Backups de Dados: diários, com retenção semanal e mensal.
- * Relatórios Gerenciais: disponibilizados conforme demanda – diário, semanal ou mensal.
- * Revisão das Rotas: mensal ou sempre que houver alterações cadastrais.
- * Manutenção de Equipamentos: mensal ou imediatamente quando ocorrer defeito.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nesta Secretaria Municipal de Educação, no seguinte endereço: Rua Madre Maria do Rosário, 127, Centro - Santo Antônio de Jesus - BA, CEP 44.430-118;

5.3 Os serviços deverão ocorrer no horário de **expediente** desta Secretaria, ou em outros horários possíveis, em caso de urgência e atendimento.

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Ao final do prazo contratual, a contratada deverá garantir a entrega de todos os relatórios, registros e dados armazenados, bem como assegurar a integridade e exportação das informações em formato compatível com a continuidade da gestão municipal, sem ônus adicional.

5.6. O contrato somente será considerado encerrado após a aceitação formal e definitiva do objeto pela Administração, mediante relatório conclusivo de fiscalização atestando o cumprimento integral das obrigações assumidas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do referido serviço..

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(fiscal do contrato, **Maria Helena Oliveira Neiva - cadastro 603972**, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, a ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2011, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento das garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado, sob condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.16.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.16.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até úteis contados da finalização 10 (dez) dias da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, **sendo que os itens 1 e 2 serão em pagamento único e o item 3 será pago em 12 (doze) parcelas mensais**, conforme tabela constante no item 1.1.2., para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Assinado por 1 pessoa: MARIA EDILEIDE DE SOUZA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1do.com.br/verificacao/630C-013-04C2-D911>



7.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.29. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1997, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/02/2026.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do contrato remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos dos arts. **6º, inciso XLI e arts. 82 a 86, da Lei 14.133/2021, conforme necessidade desta Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 6. Para os fins desta Lei 14.133/2021, consideram-se:

XLI- pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

A adoção do SRP justifica-se em razão da **possível variação da demanda ao longo da execução contratual**, especialmente quando houver ampliação de rotas, inclusão de novos alunos, unidades escolares ou necessidade adicional de equipamentos, permitindo à Administração realizar contratações conforme sua efetiva necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

O critério de julgamento pelo menor preço mostra-se adequado por se tratar de solução com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, aliada à eficiência, economicidade e ampla competitividade.

Dessa forma, a modelagem adotada assegura a **modernização da gestão do transporte escolar**, maior controle operacional, segurança dos estudantes e transparência na aplicação dos recursos públicos, atendendo plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio de Jesus.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente aos seus atos administrativos e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício contrata ou concorre;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em que o grupo econômico exercita ou concorre:

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.25. Para habilitação no certame, a empresa licitante deverá comprovar capacidade técnica e experiência prévia compatíveis com a execução dos serviços de locação de software de gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico, hospedagem em nuvem e fornecimento de equipamentos correlatos. Para tanto, deverá apresentar:

9.25.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares em escopo e complexidade, demonstrando experiência prévia em:

- * Fornecimento ou locação de software voltado à gestão de transporte escolar ou transporte de passageiros;
- * Registro digital de embarque e desembarque de usuários, por meio de tecnologia de leitura digital (QR Code, RFID, NFC ou equivalente);
- * Soluções de geolocalização em tempo real de estudantes, veículos e rotas;
- * Emissão de relatórios gerenciais e painéis de monitoramento;
- * Integração de dispositivos embarcados ou equipamentos de identificação.

9.25.2. Qualificação Técnico-Operacional:

9.25.2.1. Para assegurar a adequada execução do objeto e garantir que a empresa contratada possua experiência prévia compatível com a complexidade da solução, será exigida comprovação de qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.25.2.2. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o item de maior relevância, qual seja:

* Gestão de solução integrada aplicada ao transporte escolar, envolvendo controle de estudantes, monitoramento operacional e suporte continuado, com quantitativo mínimo equivalente a 30% do total alunos matriculados nas redes Municipal e Estadual, conforme Censo Escolar.

Exigência mínima objetiva:

* A licitante deverá comprovar ter atendido, em contrato anterior, pelo menos 30% (trinta por cento) da quantidade de alunos prevista nesta contratação, considerando o volume total de estudantes geridos por meio de plataforma integrada.

Finalidade da exigência:

- * Garantir capacidade técnica para operar solução em larga escala;
- * Assegurar experiência concreta com atendimento massivo de estudantes;
- * Demonstrar capacidade de suporte operacional, infraestrutura tecnológica e atendimento simultâneo;
- * Mitigar riscos operacionais, tecnológicos e de implantação;
- * Atender ao dever de verificação de aptidão para desempenho do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Forma de comprovação:

O atestado deverá:

- * Ser emitido por entidade contratante (pública ou privada);
- * Discriminar expressamente a quantidade de alunos atendidos;
- * Comprovar que o serviço prestado envolveu plataforma tecnológica integrada, com módulos de controle de embarque /desembarque, GPS, roteirização e suporte operacional;
- * Ser acompanhado das respectivas declarações de veracidade, quando emitido por entes privados.

9.25.3. Comprovação de qualificação técnico-profissional, por meio da apresentação de:

- * Profissional(is) de nível superior com formação compatível, vinculado(s) à empresa licitante, responsável(is) pela implantação, operação e manutenção do sistema;
- * Certificações ou comprovações de experiência em desenvolvimento, implantação ou gestão de sistemas de transporte, georreferenciamento ou tecnologias de identificação digital.

9.25.3.1. Demonstração de disponibilidade de equipamentos, comprovando que a empresa possui capacidade de fornecimento, substituição e manutenção dos dispositivos necessários ao funcionamento da solução (leitores digitais, cartões, aparelhos embarcados, entre outros), conforme especificações do Termo de Referência.

9.25.3.2. Declaração de que a solução ofertada atende às exigências legais e normativas aplicáveis, especialmente no que diz respeito à segurança da informação, proteção de dados pessoais, interoperabilidade, rastreabilidade das informações e requisitos funcionais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 577.838,33 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

A estimativa considerou a média dos preços válidos obtidos no levantamento de mercado, após verificação da compatibilidade técnica das soluções ofertadas, conforme item 9, do Estudo Técnico Preliminar 84/2026, vinculado à este processo.

Vale acrescentar que, a formação do valor estimado observou o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/2021, que determina que a Administração Pública deve utilizar parâmetros de mercado confiáveis, obtidos por meio de pesquisa de preços com fornecedores do setor, contratações similares ou outros meios idôneos.

No presente caso, a estimativa foi elaborada com base no Chamamento Público SME nº 02/2025, instaurado no âmbito do Processo Administrativo nº 16.232/2025, cujo objetivo foi levantar soluções tecnológicas disponíveis no mercado e obter propostas de empresas sistemas de gestão integrada de transporte escolar, conforme relatório, anexo no Despacho 19, e nota técnica, anexa no Despacho 20, do referido processo, alie

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- II) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1302 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME;
- III) PROJETO/ ATIVIDADE: 2090- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- IV) ELEMENTO DE DESPESA: 33903900- OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e
- v) . FONTE DE RECURSOS: 15001001- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO 25%.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, nos termos dos arts. 23 e 24, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Datado e assinado digitalmente.

Andreisy Andrade Barreto

Matrícula 2769

Membro da Equipe de Planejamento
Secretaria Municipal de Educação

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o contado a partir da data de sua convocação, prazo de 03 dias para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento para licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.9. A Administração terá o prazo de , a contar da data do protocolo 30 dias do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Estadual em Santo Antonio de Jesus-Bahia, Seção Judiciária, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREISY ANDRADE BARRETO

Assistente Administrativo



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 10:47:12.

Assinado por 1 pessoa: MARIA EDILEIDE DE SOUZA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/F63C-C013-04C2-D917> e informe o código F63C-C013-04C2-D917

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Estudo Técnico Preliminar 84/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 16232/2025

2. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio de Jesus (SME), por meio do Departamento de Transporte Escolar, enfrenta desafios estruturais, operacionais e tecnológicos que comprometem a gestão eficiente, transparente e segura do transporte escolar, serviço público essencial previsto no art. 208, VII, da Constituição Federal. Atualmente, a ausência de mecanismos digitais integrados impede o controle efetivo das rotas, veículos, condutores e estudantes, afetando diretamente a qualidade da prestação do serviço e a fiscalização contratual.

O Município possui 2.524 estudantes residentes na zona rural cadastrados no sistema e-Grafite. Entretanto, considerando também estudantes matriculados na rede estadual de ensino e demais demandas operacionais atualmente atendidas pelo sistema municipal de transporte escolar, o transporte escolar municipal atende aproximadamente 7.631 estudantes, conforme relatórios da Diretoria de Transporte baseados nos contratos vigentes e na frota própria.

Esse aumento significativo reforça a complexidade logística e a necessidade de modernização da gestão do serviço. O cenário torna ainda mais desafiador em razão da AÇÃO CIVIL PÚBLICA firmada em 21/02/2024, que determinou o fornecimento de transporte adequado a crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergência, e das obrigações constantes dos TACs nº 001/2019 e nº 001/2021, que exigem rastreamento, controle de quilometragem, fiscalização da manutenção e monitoramento de motoristas e veículos.

O diagnóstico institucional, confirmado pelo Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 1026/2025) e pelo relatório do Grupo Trabalho para Cadastramento, Vistoria e Inspeção do Transporte Escolar (GTTE), evidencia fragilidades significativas, tais como:

- inexistência de controle eletrônico de embarque e desembarque;
- registros manuais inconsistentes, sem rastreabilidade e com histórico de utilização inadequada, incluindo rasuras que comprometem a confiabilidade e validação dos dados;
- ausência de monitoramento em tempo real dos veículos;
- dificuldade de comprovação de quilometragem percorrida;
- limitações na fiscalização dos veículos terceirizados;
- superposição de rotas e baixa eficiência operacional;
- ausência de parâmetros técnicos confiáveis para subsidiar licitações;
- falta de atualização cadastral padronizada de estudantes, motoristas e veículos;
- ausência de solução tecnológica que atenda às exigências da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 (Programa TEG).

Essas deficiências podem comprometer a segurança dos estudantes, geram riscos operacionais, aumentam a probabilidade de irregularidades contratuais e dificultam a tomada de decisões baseada em dados. Além disso, prejudicam o atendimento a obrigações legais vinculadas ao PNATE, ao controle social exercido pelo CACS-FUNDEB, e à fiscalização do Ministério Público.

Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para locação de software de gestão do transporte escolar, com implantação, suporte técnico, hospedagem, recadastramento, rastreamento por GPS, controle digital por QR Code e emissão de relatórios gerenciais, revela-se tecnicamente necessária e administrativamente adequada para o atendimento das demandas do transporte escolar municipal, para:

- modernizar integralmente a gestão do transporte escolar;

- b) assegurar segurança e rastreabilidade no deslocamento dos estudantes;
- c) garantir conformidade com obrigações legais, judiciais e normativas;
- d) aprimorar a fiscalização de contratos e a eficiência logística;
- e) promover transparência e tomada de decisão baseada em dados;
- f) atender às recomendações do GTTE, aos TACs firmados com o MP/BA e à Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025;
- g) assegurar economicidade pela otimização de rotas e redução de inconformidades.

A solução pretendida caracteriza-se como serviço comum de natureza continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por envolver atividades permanentes de monitoramento, suporte tecnológico e atualização contínua do sistema.

Assim, a necessidade da contratação decorre de imperativo de interesse público, voltado à proteção e acompanhamento dos estudantes, à eficiência da gestão e ao cumprimento das responsabilidades legais da Administração Municipal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR	ALEX LUCAS DE JESUS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá assegurar solução tecnológica integrada que permita a gestão completa, automatizada, segura e rastreável do transporte escolar, contemplando recadastramento, controle operacional, monitoramento em tempo real e geração de relatórios gerenciais, atendendo às normas federais, às decisões judiciais, aos Termos de Ajustamento de Conduta e à Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025. Para tal, a contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos funcionais, técnicos, operacionais, de segurança e de disponibilização de equipamentos e infraestrutura:

4.1. Requisitos Funcionais da Solução

A plataforma contratada deverá:

- a) Realizar cadastramento e recadastramento digital de estudantes, com identificação geográfica obrigatória por latitude e longitude;
- b) Permitir controle eletrônico de embarque e desembarque, por QR Code, RFID ou tecnologia equivalente, funcionando mesmo em modo offline com sincronização posterior. O modo offline deve garantir a integridade dos dados por até 72 horas de operação contínua sem sinal, com protocolo de priorização para sincronização imediata dos registros de segurança (botão de pânico ou desvios críticos) assim que a conexão for restabelecida;
- c) Registrar frequência estudantil automática, associada a veículo, motorista, horário e itinerário;
- d) Realizar monitoramento em tempo real via GPS, com central operacional e registro de rotas executadas;
- e) Disponibilizar roteirização automática, considerando menor distância, tempo e otimização de trajetos, inclusive importação via GPX;
- f) Emitir relatórios gerenciais consolidados sobre quilometragem, frequência, custos, abastecimentos, jornada de motoristas, manutenções, rotas planejadas/executadas e indicadores financeiros (custo médio por estudante transportado e por km rodado);
- g) Permitir importação de dados do INEP/Censo Escolar, bem como possibilidade de integração com outros sistemas utilizados no Município;
- h) Gerar carteirinhas com OR Code, de forma coletiva e individual, com dados obrigatórios mínimos;

i) Possibilitar modo de embarque fixo e embarque aleatório, permitindo mobilidade entre veículos;

j) Disponibilizar aplicativos móveis compatíveis com iOS e Android, disponibilizados nas respectivas lojas oficiais (App Store e Play Store), ou solução equivalente em Progressive Web App (PWA) acessível via navegador;

k) Possibilitar notificações automáticas aos responsáveis em casos de ausência ou atraso, além da exibição do veículo em tempo real.

4.2. Requisitos Técnicos Mínimos:

a) A solução deverá ser nativamente baseada em arquitetura web (Software as a Service – SaaS), acessível por navegador, sem necessidade de instalação local ou utilização de plugins.

Justificativa: garante estabilidade, segurança, escalabilidade e menores custos de infraestrutura.

b) Acesso responsivo e suporte a múltiplos dispositivos.

Justificativa: assegura operação contínua por motoristas, monitores, gestores e responsáveis.

c) Auditoria completa das operações.

Justificativa: essencial para rastreabilidade, fiscalização, responsabilização e cumprimento de TACs.

d) Exportação de dados em formato aberto (CSV, XML ou similar).

Justificativa: garante interoperabilidade e evita aprisionamento tecnológico.

e) Migração de dados históricos sem ônus para o Município.

Justificativa: preserva informações essenciais e assegura continuidade administrativa.

f) Alta disponibilidade e backup diário automatizado.

Justificativa: necessário para funcionamento ininterrupto e segurança das informações.

4.2.1. Ao término ou rescisão do contrato, a contratada deverá entregar à Administração, no prazo de 15 (quinze) dias e sem custos adicionais, o banco de dados completo (incluindo cadastros georreferenciados, históricos de rotas e logs de frequência) em formato aberto e estruturado (ex: SQL ou JSON), acompanhado do respectivo dicionário de dados, visando garantir a continuidade do serviço e evitar o aprisionamento tecnológico.

4.2.1.1. Além dos formatos SQL ou JSON, o sistema deverá permitir a exportação programada e automática de relatórios de quilometragem e frequência para pastas em nuvem (ex: Google Drive/OneDrive) da Administração, servindo como backup externo independente da plataforma da contratada.

4.3 Requisitos de Segurança e Proteção de Dados

A solução deverá contemplar:

a) Criptografia HTTPS.

Justificativa: evita interceptação de informações sensíveis, especialmente localização de estudantes.

b) Controle de permissões por perfil de acesso.

Justificativa: reduz risco de vazamento e uso indevido de dados.

c) Proteção contra exclusão de dados com vínculo.

Justificativa: garante integridade e segurança de registros essenciais à fiscalização.

d) Armazenamento seguro e rastreável.

Justificativa: assegura confiabilidade das informações e permite auditoria.

e) Política de backup e Plano de Recuperação de Desastres (DR).

Justificativa: previne perda de dados críticos e garante continuidade do serviço.

f) Conformidade com a LGPD.

Justificativa: protege dados pessoais, inclusive sensíveis, de crianças e adolescentes.

4.4. Requisitos de Equipamentos e Infraestrutura

A contratada deverá disponibilizar, em comodato, todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do Sistema integrado de gestão do transporte escolar. Esses equipamentos devem ser adequados para operação contínua, garantindo confiabilidade, segurança e compatibilidade total com o software contratado. A seguir, apresentam-se os requisitos mínimos de equipamentos, acompanhados de suas respectivas justificativas, sem prejuízo de outros dispositivos adicionais que se façam necessários para garantir a plena execução e desempenho da solução.

a) Módulos de rastreamento GPS com conectividade 4G ou superior, com mecanismo automático de fallback para redes disponíveis em áreas de baixa cobertura.

Justificativa: Essenciais para o monitoramento em tempo real da frota, permitem auditoria de rotas, horários e quilometragem, atendendo às exigências da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 e às determinações judiciais. O fallback 2G garante operação mesmo em áreas com baixa cobertura.

b) Kits de conectividade embarcados (modems, antenas e demais dispositivos)

Justificativa: Garantem transmissão contínua de dados do veículo para a plataforma central, mesmo durante deslocamentos longos. São necessários para sincronização do GPS, atualização da rota, registro da frequência e envio de alertas automáticos.

c) Assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com reposição dos equipamentos

Justificativa: Os dispositivos embarcados são fundamentais para a fiscalização do transporte escolar. Interrupções em seu funcionamento comprometem a segurança dos estudantes e inviabilizam o monitoramento. Por isso, a contratada deve assegurar manutenção contínua e reposição imediata.

4.4.1. A responsabilidade pelo fornecimento, ativação e custeio mensal dos planos de dados (SIM Cards/M2M) necessários para a telemetria e sincronização dos dispositivos embarcados e coletores móveis é integral da contratada, devendo tais custos estarem incluídos no valor unitário da locação.

4.4.2. A contratada deverá garantir que os SIM Cards fornecidos possuam tecnologia de roaming nacional (multi-operadora), assegurando a transmissão de dados mesmo em deslocamentos que atravessem diferentes áreas de cobertura celular,

4.5. Da compatibilização com o Sistema de Gestão de Transporte Escolar – SETE/FNDE

Em atenção às diretrizes do FNDE para execução do PNATE, registra-se que a gestão da operação de transporte escolar mantida, mesmo que parcialmente, com recursos do Programa continuará sendo realizada por meio do Sistema de Gestão de Transporte Escolar – SETE, fornecido gratuitamente pelo FNDE.

O sistema a ser contratado terá caráter complementar ao SETE, destinado a ampliar os mecanismos de planejamento, controle operacional, monitoramento operacional, cadastramento georreferenciado de estudantes e geração de indicadores gerenciais e relatórios analíticos para apoio à gestão do transporte escolar, devendo permitir, sempre que tecnicamente possível, a exportação e a importação de dados em formatos abertos, de modo a facilitar a alimentação e a compatibilização das informações com o SETE.

Assim, a solução tecnológica ora estudada não substitui o sistema disponibilizado pelo FNDE, mas o complementa, reforçando a capacidade de gestão local, de transparência dos dados e de prestação de contas relativa ao transporte escolar”.

4.6 Comprovação da Qualificação Técnico-Operacional

Para assegurar a adequada execução do objeto e garantir que a empresa contratada possua experiência prévia compatível com a complexidade da solução, será exigida comprovação de qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o item de maior relevância, qual seja:

Gestão de solução integrada aplicada ao transporte escolar, envolvendo controle de estudantes, monitoramento operacional e suporte continuado, com alunos matriculados nas redes Municipal e Estadual, conforme Censo Escolar.

4.6.1 Exigência mínima objetiva:

A licitante deverá comprovar ter atendido, em contrato anterior, pelo menos 30% (trinta por cento) da quantidade de alunos prevista na contratação, considerando o volume total de estudantes geridos por meio de plataforma integrada.

O percentual adotado observa o princípio da proporcionalidade e tem como objetivo assegurar que a empresa possua experiência comprovada na operação de soluções em escala semelhante à da contratação pretendida, reduzindo riscos de falhas operacionais na fase de implantação.

4.6.2. Finalidade da exigência:

- a) Garantir capacidade técnica para operar solução em larga escala;
- b) Assegurar experiência concreta com atendimento massivo de estudantes;
- c) Demonstrar capacidade de suporte operacional, infraestrutura tecnológica e atendimento simultâneo;
- d) Mitigar riscos operacionais, tecnológicos e de implantação;
- e) Atender ao dever de verificação de aptidão para desempenho do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.6.3. Forma de comprovação:

O atestado deverá:

- a) Ser emitido por entidade contratante (pública ou privada);
- b) Discriminar expressamente a quantidade de alunos atendidos;
- c) Comprovar que o serviço prestado envolveu plataforma tecnológica integrada, com módulos de controle de embarque /desembarque, GPS, roteirização e suporte operacional;
- d) Ser acompanhado das respectivas declarações de veracidade, quando emitido por entes privados.

4.7. Requisito de Aprovação em Prova de Conceito (POC)

A licitante classificada em primeiro lugar deverá se submeter à **Prova de Conceito (POC)**, etapa eliminatória destinada a comprovar, forma prática, que a solução ofertada atende aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, sendo que, para realização da Prova de Conceito, será convocada a licitante classificada, observado a ordem de classificação conforme a proposta apresentada.

A Prova de Conceito será realizada após a fase de julgamento da proposta e antes da adjudicação, exclusivamente com a licitante classificada em primeiro lugar, com a finalidade de comprovar a aderência da solução às especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

A POC tem natureza de teste técnico objetivo, visando garantir a verificação real da capacidade da solução antes da contratação definitiva, em conformidade com os princípios da eficiência, transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.7.1. Objetivos da Prova de Conceito:

- Funcionamento completo da plataforma web (SaaS);
- Funcionamento dos aplicativos móveis;
- Operação do controle de embarque/desembarque por QR Code ou RFID;
- GPS em tempo real;
- Registro correto das rotas;
- Emissão de relatórios gerenciais e indicadores;
- Roteirização automática;
- Integridade da sincronização dos dados;
- Estabilidade, fluidez e capacidade de operação.

4.7.2. Metodologia da POC:

- Realização presencial;
- Instalação de equipamentos em até 02 veículos;
- Demonstração completa do sistema em ambiente real ou simulado;
- Acesso integral aos módulos ofertados;
- Testes online e offline.

4.7.2.1. A avaliação será baseada em um roteiro de testes (Checklist) com critérios 'Atende/Não Atende'. Será considerada reprovada a solução que não demonstrar, em tempo real, a precisão do GPS com margem de erro inferior a 15 metros em ambiente de céu aberto e a fluidez no processamento de embarque conforme o item seguinte.

4.7.2.2. O teste de estresse consistirá no processamento de embarque de 30 estudantes fictícios em no máximo 90 segundos. Este tempo é o parâmetro de aceitação global, correspondendo à média técnica de 3 segundos por aluno, critério essencial para garantir que a tecnologia não gere atrasos nos itinerários escolares.

4.7.3. Critérios Objetivos de Avaliação:

- Disponibilidade plena das funcionalidades declaradas;
- Funcionamento estável da solução;
- Compatibilidade com Android e iOS;
- Transmissão correta dos dados do GPS;
- Leitura correta de QR Code/RFID;
- Geração de relatórios sem inconsistências;
- Sincronização adequada entre dispositivos e plataforma;
- Conformidade com requisitos de segurança e LGPD;
- Usabilidade adequada pelos perfis de usuários indicados.

4.7.4. Resultado da POC:

- Caráter eliminatório;
- Exigência de cumprimento integral dos requisitos essenciais;
- Desclassificação automática em caso de não aprovação;
- Convocação da empresa subsequente, caso necessário.

4.7.5. Custos da POC:

- Todos os custos serão arcados pela licitante;
- Vedada qualquer cobrança ao Município.

4.7.6. Registro e Transparência:

- Documentação em ata técnica;
- Registro fotográfico e relatório de avaliação;
- Resultado formalizado no processo administrativo

SaaS: Software as a Service

CSV: Comma-Separated Values

XML: Extensible Markup Language

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

DR: Disaster Recovery (Plano de Recuperação de Desastres)

QR Code: Quick Response Code

PCD: Pessoa com Deficiência

4.8. Subcontratação:

Em conformidade com o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação será admitida de forma parcial, desde que:

- Não recaia sobre as parcelas de maior relevância técnica do objeto, especialmente aquelas relativas à concepção, disponibilização, hospedagem, manutenção e operação do sistema integrado de gestão do transporte escolar;
- Não implique transferência da responsabilidade contratual principal, que permanecerá integralmente sob a titularidade da empresa contratada;
- Seja previamente comunicada e formalmente autorizada pela Administração Pública.

Poderão ser objeto de subcontratação apenas atividades acessórias ou instrumentais, que não configurem o núcleo essencial do objeto e não comprometam a segurança, integridade e continuidade da solução tecnológica, tais como:

- Serviços de apoio à instalação e remoção de equipamentos embarcados (GPS, leitores QR/RFID, modems);
- Fornecimento de insumos gráficos para impressão de carteirinhas;
- Logística de distribuição e recolhimento de dispositivos;
- Suporte técnico presencial complementar, quando necessário, desde que sob supervisão direta da contratada principal.

É expressamente vedada a subcontratação:

- do desenvolvimento, disponibilização, customização e operação do software principal;
- da hospedagem em nuvem e gerenciamento do banco de dados;
- da importação dos dados dos sistemas externos (INEP/Censo Escolar e plataformas municipais);
- do controle de usuários, aplicações móveis e geração de relatórios gerenciais;

- da segurança da informação e proteção de dados pessoais, inclusive tratamento conforme a LGPD.

A subcontratação, quando autorizada, deverá:

- observar os mesmos requisitos de habilitação técnica aplicáveis à contratada principal;
- comprovar regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;
- cumprir integralmente as normas de proteção de dados e confidencialidade.

Ressalta-se que a subcontratação não exime a contratada principal de qualquer responsabilidade quanto à perfeita execução contratual, permanecendo esta como única responsável legal perante a Administração Municipal por todos os serviços executados, sejam próprios ou subcontratados.

4.9. Comodato - Responsabilização por Danos

Todos os equipamentos fornecidos (GPS, leitores QR/RFID, modems, antenas e dispositivos embarcados) serão disponibilizados em comodato, tanto para os veículos da frota própria quanto para os veículos terceirizados.

Responsabilidade por danos

4.9.1. Veículos da frota própria da Secretaria de Educação

- Danos decorrentes de mau uso, negligência ou intervenção indevida por parte de servidores serão de responsabilidade do Município.
- Danos decorrentes de defeito técnico, falha de fabricação ou desgaste natural serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá substituir o equipamento sem custo adicional.

4.9.2. Veículos terceirizados

- Danos causados por mau uso ou manipulação indevida em veículos terceirizados serão inicialmente registrados pela contratada na solução tecnológica mediante laudo. A Administração Municipal, de posse do laudo, notificará a respectiva empresa prestadora do serviço de transporte para o ressarcimento ou substituição do equipamento, podendo realizar a glosa cautelar nos pagamentos do contrato de transporte conforme previsão específica, garantindo-se à empresa prestadora do serviço de transporte o contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação do laudo, antes da efetivação definitiva do desconto no faturamento mensal.
- Danos decorrentes de defeito técnico ou vício do equipamento serão de responsabilidade da contratada principal (fornecedora da solução técnica), que deverá repor o dispositivo sem ônus.

Condições gerais

- O estoque de reserva técnica deverá ser de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de dispositivos instalados, devendo permanecer em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação em Santo Antônio de Jesus, para garantir a substituição em até 3 (três) horas em caso de falha, conforme os níveis de serviço (SLA) estabelecidos, evitando paralisação da rota.
- As responsabilidades acima devem estar previstas expressamente no contrato e no termo de comodato.
- A contratada deve registrar laudo técnico de verificação do dano, garantindo transparência e rastreabilidade.

4.10. Requisitos de Implantação, Suporte e Treinamento

A contratada deverá:

- Concluir implantação completa, migração de dados e treinamento em até 90 dias após a Ordem de Serviço;
- Iniciar a implantação em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço;
- Oferecer treinamento mínimo de 8 horas por grupo de usuários, além de capacitação técnica para administradores;
- Disponibilizar suporte técnico presencial e remoto, com atendimento conforme níveis de severidade e prazos previstos em contrato (máximo de 3 horas para sistemas inoperantes);
- Garantir Termo de Aceite por módulo implantado;
- Submeter-se à Prova de Conceito obrigatória e presencial, demonstrando integral funcionamento da solução antes da contratação definitiva.

5. Necessidade Tecnológica e de Negócios

A necessidade tecnológica e de negócio decorre da crescente demanda por eficiência, transparência, controle e segurança na gestão do transporte escolar, especialmente diante da complexidade operacional envolvida na administração de rotas, usuários, veículos e prestadores de serviço.

Atualmente, a ausência de uma solução tecnológica integrada ou a utilização de controles manuais e sistemas fragmentados pode ocasionar inconsistências cadastrais, falhas no monitoramento das rotas, baixa rastreabilidade das informações, dificuldade na fiscalização contratual e maior suscetibilidade a erros e fraudes.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de uma solução tecnológica moderna, baseada em plataforma digital integrada, que permita:

- automatizar processos operacionais e administrativos;
- garantir a confiabilidade e integridade das informações;
- promover o monitoramento em tempo real das operações;
- assegurar maior controle sobre a execução dos serviços;
- subsidiar a tomada de decisão com base em dados precisos e atualizados;
- atender às exigências legais, normativas e dos órgãos de controle.

A utilização de sistema em modelo SaaS (Software como Serviço) atende plenamente a essa necessidade, proporcionando escalabilidade, atualização contínua, alta disponibilidade e redução de custos com infraestrutura tecnológica.

Dessa forma, a contratação da solução tecnológica proposta não se trata apenas de modernização administrativa, mas de uma necessidade estratégica para assegurar a eficiência da política pública de transporte escolar, garantindo maior qualidade na prestação do serviço, segurança aos estudantes e transparência na aplicação dos recursos públicos.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade administrativa de implantação de um sistema de gestão integrada do transporte escolar municipal, permitindo à Administração Pública selecionar a alternativa tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura.

Para a elaboração deste levantamento foram considerados:

- estudos técnicos realizados pelo Departamento de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação;
- manifestações da Comissão de Planejamento da contratação;
- informações levantadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- e, especialmente, os dados constantes no **Relatório de Análise de Propostas do Chamamento Público SME nº 02/2025**, que teve como objetivo identificar fornecedores aptos e obter parâmetros reais de mercado.
- **Nota Técnica nº 002/2026** que estabeleceu o preço médio estimado do valor da contratação.

O chamamento público possibilitou a coleta de propostas de empresas especializadas em soluções tecnológicas para gestão de transporte escolar, permitindo aferir a viabilidade técnica das soluções ofertadas e estabelecer o valor médio referencial da contratação.

Após análise técnica e financeira das propostas recebidas, foram consideradas **válidas e exequíveis** as propostas apresentadas pelas seguintes empresas:

- Frotus Sistemas
- BZS Tecnologia
- RNG Iavé Software Ltda
- Bobby Soluções

As propostas dessas empresas apresentaram aderência às especificações técnicas mínimas do objeto, contemplando funcionalidades essenciais como:

- cadastramento e gestão de alunos;
- roteirização automatizada;
- geolocalização e rastreamento de veículos;
- aplicativos móveis;
- geração de relatórios gerenciais;
- módulos de controle operacional e administrativo.

A partir dessas propostas válidas, foi calculada a média aritmética simples dos valores globais anuais apresentados, resultando no preço médio referencial de **R\$ 577.838,33 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos)**, conforme relatório técnico da Comissão de Planejamento.

Esse valor constitui o parâmetro de mercado utilizado para estimativa da contratação, atendendo ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Paralelamente ao levantamento de preços, foram analisadas as principais alternativas de solução existentes no mercado, conforme descrito a seguir.

6.1 Desenvolvimento de sistema próprio pelo Município

Descrição da alternativa

Consiste no desenvolvimento de solução tecnológica própria pelo Município, envolvendo a criação de software específico para gestão do transporte escolar, incluindo infraestrutura de servidores, banco de dados, desenvolvimento de aplicativos, sistemas de geolocalização e equipe permanente de suporte.

Desvantagens operacionais e econômicas

A análise técnica identificou diversos fatores que tornam essa alternativa pouco viável:

- necessidade de equipe permanente de tecnologia da informação especializada em sistemas de geolocalização, desenvolvimento de software e segurança da informação;
- custos elevados de desenvolvimento inicial e de manutenção evolutiva contínua;
- necessidade de aquisição e manutenção de infraestrutura tecnológica própria (servidores, backup, segurança e suporte);
- risco de atrasos na implantação, incompatíveis com a urgência administrativa e com as obrigações institucionais do Município;
- existência de soluções maduras e consolidadas disponíveis no mercado.

Diante desses fatores, conclui-se que o desenvolvimento de sistema próprio não atende ao princípio da economicidade e da eficiência, razão pela qual esta alternativa foi considerada tecnicamente e economicamente inviável.

6.2 Contratação fragmentada de módulos tecnológicos

Descrição da alternativa

Consiste na contratação separada de diferentes componentes da solução, tais como:

- sistema de cadastro de alunos;
- sistema de roteirização;
- serviços de rastreamento por GPS;
- aplicativos móveis;
- equipamentos embarcados;
- serviços de capacitação e suporte.

Riscos e desvantagens identificados

Essa alternativa apresenta riscos significativos para a Administração:

- possibilidade de incompatibilidade tecnológica entre sistemas de diferentes fornecedores;
- ausência de interoperabilidade entre bases de dados (alunos, rotas, frequência e rastreamento);
- aumento da complexidade de gestão contratual e de suporte técnico;
- dificuldade de consolidação de informações e geração de relatórios confiáveis;
- transferência ao Município da responsabilidade e do custo de integração entre os sistemas.

Além disso, a fragmentação da contratação tende a gerar maior custo total de propriedade, em razão da necessidade de integrações e manutenções adicionais.

Diante disso, esta alternativa foi considerada tecnicamente mais arriscada e menos eficiente para a Administração Pública.

6.3 Adesão a atas de registro de preços ou contratos de outros entes públicos

Descrição da alternativa

Consiste na utilização de atas de registro de preços ou contratos vigentes de outros órgãos ou entidades públicas, mediante adesão (carona), com vistas à contratação de solução semelhante.

Potenciais vantagens

- maior rapidez na contratação;
- possível redução de custos administrativos.

Limitações verificadas

A análise preliminar de soluções existentes em atas disponíveis revelou algumas limitações:

- muitas soluções ofertadas não são totalmente integradas;
- ausência de funcionalidades específicas exigidas pela realidade local;
- inexistência de fornecimento de equipamentos em comodato em algumas soluções;
- necessidade de contratações complementares.

Dessa forma, embora juridicamente possível, essa alternativa não se apresentou como a solução mais adequada para atender integralmente às necessidades do Município, podendo gerar custos adicionais.

6.4 Contratação de solução integrada em modelo SaaS (Software como Serviço)

Descrição da alternativa

Consiste na contratação de solução tecnológica integrada para gestão do transporte escolar, disponibilizada em modelo SaaS (Software as a Service), mediante pagamento periódico pelo uso do sistema.

Nesse modelo, a empresa contratada disponibiliza:

- sistema de gestão do transporte escolar em ambiente web;
- implantação e parametrização do sistema;
- cadastramento e gestão de alunos;
- roteirização automatizada;
- geolocalização e monitoramento de veículos;
- aplicativos móveis para motoristas e gestores;
- geração de relatórios gerenciais;
- suporte técnico, manutenção e atualizações do sistema;
- fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato, quando aplicável.

Vantagens técnicas

- solução única e interoperável, reduzindo riscos de incompatibilidade tecnológica;
- maior confiabilidade e rastreabilidade das informações;
- atualização contínua do sistema pelo fornecedor;
- padronização das rotinas operacionais.

Vantagens econômicas

- eliminação de custos de desenvolvimento próprio;
- redução de gastos com infraestrutura tecnológica;
- pagamento proporcional ao uso do sistema;
- maior previsibilidade de despesas.

Viabilidade jurídica

A contratação dessa solução caracteriza-se como serviço comum de tecnologia da informação, passível de contratação mediante prego eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, utilizando-se o critério de julgamento por menor preço.

6.5 Conclusão do levantamento de mercado

Considerando:

- as alternativas tecnológicas disponíveis;
- os riscos operacionais identificados em modelos fragmentados;
- os dados obtidos no Chamamento Público SME nº 02/2025;
- e o preço médio de mercado apurado de **R\$ 577.838,33** definido a partir das propostas válidas apresentadas por fornecedores especializados, conclui-se que a contratação de solução integrada de gestão do transporte escolar em modelo SaaS apresentou-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, por oferecer:
- solução única e interoperável;
- maior segurança operacional e jurídica;
- menor complexidade de gestão;
- custos compatíveis com os valores praticados no mercado;
- melhor relação entre custo, eficiência e qualidade do serviço.

Dessa forma, recomenda-se a contratação da solução por meio de **pregão eletrônico**, com critério de julgamento por **menor preço**, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

7. Descrição da solução como um todo

A solução a ser contratada consiste na locação de sistema integrado de gestão do transporte escolar, disponibilizado na modalidade SaaS – Software como Serviço, destinado ao gerenciamento, monitoramento e controle das operações do transporte de estudantes das redes municipal e estadual de ensino, quando houver instrumento de cooperação ou termo de adesão vigente.

A solução deverá contemplar todas as etapas do processo operacional do transporte escolar, abrangendo implantação do sistema, cadastramento de usuários, hospedagem em nuvem, manutenção evolutiva e corretiva, suporte técnico, migração de dados, aplicativos móveis, central de monitoramento e fornecimento de equipamentos em regime de comodato, bem como a emissão de carteirinha de identificação do estudante, a qual será fornecida gratuitamente aos usuários. Em caso de necessidade de emissão de 2ª via por perda, dano ou extravio causado pelo usuário, o custo de emissão será pago diretamente pelo beneficiário à empresa contratada, conforme valor unitário estabelecido na proposta comercial vencedora, ficando a Administração Municipal isenta de qualquer ônus ou responsabilidade pela intermediação financeira deste pagamento

O sistema deverá operar de forma integrada, interoperável e em tempo real, permitindo a gestão e rastreabilidade das informações relativas a:

- estudantes transportados;
- responsáveis legais;
- motoristas e monitores;
- veículos e condutores;
- rotas e itinerários;
- registros de embarque e desembarque;
- frequência no transporte escolar;
- relatórios operacionais e gerenciais.

A solução deverá atender integralmente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente à Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025, bem como às eventuais determinações judiciais e obrigações decorrentes de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Município, assegurando transparência, rastreabilidade e segurança das informações.

7.1 Componentes da Solução Integrada

A solução deverá contemplar um conjunto integrado de ferramentas tecnológicas, conforme descrito a seguir.

7.1.1 Plataforma Web de Gestão Administrativa

Sistema web nativo destinado à gestão administrativa do transporte escolar, incluindo cadastro, acompanhamento operacional, geração de relatórios e fiscalização contratual.

Justificativa:

Centraliza todas as informações em ambiente único, garantindo padronização de dados, rastreabilidade das operações e facilidade de auditoria pela Administração Pública.

7.1.2 Aplicativos Móveis Operacionais

Aplicativos móveis destinados aos usuários operacionais do sistema, incluindo motoristas, monitores, gestores e responsáveis pelos estudantes.

Justificativa:

Permite o registro de eventos em campo, comunicação em tempo real e integração direta com a plataforma de gestão, fortalecendo o controle operacional e a transparência do serviço.

7.1.3 Sistema de Controle de Embarque e Desembarque

Sistema de registro de presença dos estudantes no transporte escolar por meio de QR Code, RFID ou tecnologia equivalente, integrado ao sistema central de gestão.

Justificativa:

Substitui controles manuais, reduz a possibilidade de fraudes e assegura o registro individualizado e auditável das operações de transporte.

7.1.4 Sistema de Monitoramento por GPS em Tempo Real

Central de monitoramento com rastreamento de veículos em tempo real, permitindo o acompanhamento das rotas executadas.

Justificativa:

Permite a fiscalização efetiva da execução dos serviços, identificação de desvios de rota e monitoramento da pontualidade do transporte escolar.

7.1.5 Sistema de Roteirização Automatizada

Ferramenta tecnológica para planejamento e otimização de rotas com base em critérios de tempo, distância, capacidade do veículo e localização dos estudantes.

Justificativa:

Reduz quilometragem percorrida, elimina sobreposição de rotas, otimiza a logística do transporte escolar e contribui para a redução de custos operacionais.

7.1.6 Relatórios Gerenciais e Indicadores de Desempenho

Sistema de geração de relatórios operacionais e gerenciais, com indicadores de desempenho e dados consolidados para tomada de decisão.

Justificativa:

Permite o acompanhamento do desempenho do serviço, subsidia a prestação de contas aos órgãos de controle e fortalece o planejamento estratégico da política pública de transporte escolar.

7.1.7 Integração com Base de Dados do Censo Escolar (INEP)

Ferramenta de importação e sincronização de dados com o Censo Escolar e demais bases educacionais disponíveis.

Justificativa:

Evita inconsistências cadastrais e assegura alinhamento com os dados oficiais utilizados em políticas públicas educacionais.

7.1.8 Fornecimento de Equipamentos em Regime de Comodato

Fornecimento, pela contratada, dos equipamentos necessários à operação do sistema, incluindo dispositivos de rastreamento, leitores de embarque e demais componentes tecnológicos.

Justificativa:

Garante infraestrutura completa para operação do sistema sem necessidade de investimento inicial por parte do Município.

7.1.9 Treinamento e Suporte Técnico

Disponibilização de treinamento para usuários do sistema e suporte técnico contínuo, com definição de níveis de serviço (SLA).

Justificativa:

Assegura o correto funcionamento da solução e reduz riscos operacionais decorrentes de falhas ou erros de utilização.

7.1.10 Prova de Conceito (POC)

Realização de Prova de Conceito – POC antes da homologação da contratação, com o objetivo de demonstrar a funcionalidade prática da solução ofertada.

Justificativa:

Permite verificar a aderência técnica da solução às necessidades da Administração, reduzindo riscos de contratação de tecnologia incompatível e ineficiente.

7.2 Benefícios da Solução Proposta

A contratação da solução integrada no modelo SaaS apresenta vantagens relevantes para a Administração Pública.

7.2.1 Eficiência Operacional e Segurança

A implantação do sistema permitirá:

- eliminação de controles manuais suscetíveis a erros e fraudes;
- rastreabilidade completa das operações (estudante–veículo–motorista–horário);
- monitoramento em tempo real da execução das rotas;
- maior segurança para estudantes e familiares;
- atendimento às obrigações normativas e judiciais relacionadas ao transporte escolar.

7.2.2 Padronização Tecnológica

A utilização de solução única e integrada assegura:

- interoperabilidade entre os módulos do sistema;
- uniformidade dos dados e processos;
- simplificação das atividades de auditoria e fiscalização contratual;
- redução da dependência de múltiplos fornecedores.

7.2.3 Economicidade

O modelo de contratação proposto apresenta vantagens econômicas relevantes:

- dispensa de investimentos em aquisição de infraestrutura tecnológica;
- eliminação de custos com servidores, armazenamento e manutenção de sistemas próprios;
- redução de custos operacionais mediante otimização de rotas;
- diminuição de fraudes e inconsistências no controle de frequência.

7.2.4 Viabilidade Jurídica da Contratação

O objeto apresenta características padronizáveis e comparáveis no mercado, permitindo a definição objetiva de requisitos técnicos e critérios de desempenho.

Dessa forma, a contratação caracteriza-se como serviço comum de tecnologia da informação, possibilitando a utilização da modalidade **pregão eletrônico, com sistema de registro de preços (ata de registro de preços)**, com julgamento pelo menor preço, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

A solução proposta também atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e transparência, previstos no art. 11 da referida lei.

Diante das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação e das alternativas analisadas no levantamento de mercado, conclui-se que a locação de sistema integrado de gestão do transporte escolar, em modelo SaaS, com fornecimento de equipamentos, implantação e suporte técnico, constitui a solução mais adequada para atender ao interesse público.

A solução proposta:

- amplia o controle e a transparência do transporte escolar;
- reduz riscos operacionais e administrativos;
- melhora a qualidade da gestão do serviço;
- simplifica a fiscalização contratual;
- e atende às exigências legais, normativas e institucionais aplicáveis.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades tem por finalidade dimensionar, com base em critérios técnicos e dados oficiais, os itens necessários para a implantação e operação da solução integrada de gestão do transporte escolar do Município de Santo Antônio de Jesus – BA.

A definição dos quantitativos considerou informações oficiais, auditáveis e provenientes de bases institucionais da Secretaria Municipal de Educação, bem como dados de contratações anteriores, registros operacionais do transporte escolar e documentos técnicos produzidos durante a instrução do Processo Administrativo nº 16.232/2025.

8.1 Fontes técnicas e documentais utilizadas

Para a elaboração das estimativas foram consideradas as seguintes fontes de informação:

- **Relatórios extraídos do sistema e-GRAFITE**, utilizados pela Secretaria Municipal de Educação para controle do transporte escolar, contendo dados sobre estudantes transportados na zona rural, rotas existentes e tipologia de veículos.
- **Dados do Censo Escolar (INEP)**, contendo o quantitativo oficial de estudantes matriculados nas redes municipal e estadual de ensino, utilizados como base para dimensionamento do universo de alunos potencialmente atendidos.
- **Edital do Pregão nº 071/2022**, que tratou da contratação de transporte escolar no município, contendo informações históricas sobre rotas, veículos e número de alunos atendidos.
- **Relatório de Análise de Propostas do Chamamento Público SME nº 02/2025**, elaborado pela Comissão de Planejamento e Contratação, utilizado para levantamento de mercado e definição de parâmetros técnicos e quantitativos da solução pretendida.
- **Nota Técnica nº 01/2026 – Comissão de Planejamento/Contratação**, que analisou a eventual sobreposição de escopo contratual com soluções tecnológicas já existentes no Município, concluindo pela inexistência de duplicidade de objetos e pela necessidade de implantação de solução específica para gestão do transporte escolar.
- **Nota Técnica nº 02/2026 – Comissão de Planejamento/Contratação**, que refez o cálculo e obteve o preço médio estimado para a contratação.

Essas fontes permitiram dimensionar com maior precisão as necessidades operacionais do transporte escolar municipal e definir os quantitativos necessários à implantação da solução tecnológica integrada.

8.2 Análise de compatibilidade com contratações existentes

Durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi identificada a existência do Pregão de Registro de Preços nº 90050/2025, cujo objeto contempla serviços de rastreamento veicular com telemetria embarcada.

Contudo, conforme análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Educação e formalizada na Nota Técnica nº 01/2026, verificou-se que os serviços atualmente contratados pelo Município possuem escopo distinto da solução pretendida neste processo, não configurando sobreposição contratual.

A referida nota técnica esclarece que:

- contratos existentes possuem escopo restrito a licenciamento de software ou gestão territorial, sem funcionalidades específicas voltadas ao transporte escolar;
- a solução pretendida exige telemetria em tempo real, controle de embarque e desembarque de estudantes, roteirização automatizada e integração com bases educacionais;
- tais funcionalidades constituem requisitos novos e específicos do transporte escolar, não contemplados nos contratos vigentes.

Dessa forma, concluiu-se pela inexistência de sobreposição de objeto e pela necessidade de contratação de solução tecnológica própria para gestão do transporte escolar, garantindo maior controle operacional e confiabilidade dos dados.

8.3. Quantidades estimadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
ÚNICO	Serviço de locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários.	SERV.	1
DETALHAMENTO			
1	RECADASTRAMENTO DE ESTUDANTES DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.1	Distribuição espacial dos estudantes das redes municipal e estadual de ensino	und	16.483
1.2	Roteirização do trecho casa/ponto à Unidade Escolar dos estudantes usuários do Transporte	und	7.631
1.3	Confecção de carteirinha em PVC impressa em apenas um lado, com suporte, cordão em cor única e jacaré	und	7.631
2	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE WEB COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
2.1	Implantação em veículos oficiais da educação, com equipamentos – GPS, com controlador de acesso via smartphone com leitor de QR Code	und	24
2.2	Implantação em veículos prestadores de serviços à educação, com equipamentos – GPS, com controlador de acesso via smartphone com leitor de QR	und	127

A partir dessas propostas foi realizado o cálculo da média aritmética simples dos valores globais anuais apresentados, resultando no seguinte cenário de preços:

Empresa	Valor Global Anual (R\$)
Frotus Sistemas Ltda – CNPJ: 35.516.399/0001-42	442.669,30
BZS Tecnologia – CNPJ: 01.151.247/0001-71	476.506,72
RNG Iavé Software LTDA - CNPJ: 39.405.526/0001-97	658.525,98
BOBBY SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA – CNPJ: 23.488.942/0001-66	733.651,30

Com base nesses valores, foi calculada a média aritmética simples, resultando no preço médio referencial de **R\$ 577.838,33 (quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos)**, considerado compatível com os preços praticados no mercado para soluções tecnológicas com escopo semelhante.

Esse valor foi definido no Relatório de Análise de Propostas do Chamamento Público SME nº 02/2025, e Nota Técnica nº 002/2025, elaborados pela Comissão de Planejamento da contratação, constituindo o parâmetro de referência para a estimativa do valor da futura contratação.

Importante destacar que as propostas consideradas na composição do preço médio contemplam solução tecnológica integrada, incluindo:

- implantação do sistema;
- disponibilização de plataforma web de gestão;
- aplicativos móveis operacionais;
- roteirização e geolocalização de veículos;
- controle de embarque e desembarque de estudantes;
- hospedagem em nuvem e manutenção do sistema;
- suporte técnico e atualizações;
- fornecimento de equipamentos tecnológicos em regime de comodato.

Dessa forma, o valor médio obtido reflete o custo global estimado da solução completa, incluindo serviços, infraestrutura tecnológica e suporte operacional.

Considerando as informações obtidas no levantamento de mercado e a metodologia adotada para formação do preço referencial, estima-se que o valor anual da contratação seja de aproximadamente R\$ 577.832,58, podendo variar conforme o resultado da disputa no processo licitatório.

A licitação deverá ser realizada na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, possibilitando a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, ressalta-se que o valor estimado apresentado neste Estudo Técnico Preliminar não constitui obrigação de contratação no montante, servindo apenas como referência para planejamento da despesa e balizamento da licitação, podendo ser reduzido decorrente da competição entre os licitantes.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, considerando a ampliação da competitividade sem prejuízo da eficiência e da economicidade da contratação.

No presente caso, a contratação pretendida envolve a implantação e locação de solução tecnológica integrada para gestão do transporte escolar, compreendendo, entre outros componentes:

- plataforma web de gestão administrativa;
- aplicativos móveis para usuários operacionais;
- sistema de rastreamento e monitoramento de veículos por GPS;

- controle eletrônico de embarque e desembarque de estudantes por QR Code, RFID ou tecnologia equivalente;
- sistema de roteirização automatizada;
- cadastramento de estudantes;
- emissão de carteirinhas de identificação;
- fornecimento de equipamentos embarcados em regime de comodato;
- infraestrutura de hospedagem em nuvem;
- suporte técnico, manutenção e atualizações;
- treinamento de usuários e gestores do sistema.

Após análise técnica da natureza e das características da solução, concluiu-se que não é recomendável o parcelamento do objeto, sendo necessária a contratação integrada do conjunto de serviços e tecnologias. Tal entendimento fundamenta-se nas razões expostas a seguir.

10.1 Interdependência tecnológica dos módulos da solução

Os componentes que integram a solução tecnológica possuem alto grau de interdependência funcional e tecnológica, não operando de forma autônoma ou independente.

Os módulos do sistema — cadastro e cadastramento de estudantes, roteirização, monitoramento por GPS, controle de embarque e desembarque, aplicativos móveis e geração de relatórios gerenciais — compartilham a mesma base de dados e dependem de integração contínua e simultânea para funcionamento adequado.

Além disso:

- todos os módulos utilizam banco de dados único e centralizado, contendo informações sobre estudantes, motoristas, veículos, rotas e registros operacionais;
- o sistema exige sincronização em tempo real entre dispositivos móveis, equipamentos embarcados e a plataforma central;
- há necessidade de compatibilidade entre hardware e software, especialmente no caso de dispositivos de rastreamento e leitores de identificação digital;
- os registros operacionais dependem de protocolos próprios de comunicação e auditoria de dados, que garantem a rastreabilidade das operações.

A fragmentação da solução entre diferentes fornecedores poderia resultar em falhas de integração, divergências de banco de dados, perda de rastreabilidade das informações e dificuldades de interoperabilidade entre sistemas distintos.

10.2 Riscos jurídicos e operacionais decorrentes da fragmentação

O transporte escolar constitui serviço público essencial, sujeito a diversos mecanismos de controle institucional e social, incluindo:

- eventuais Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados com o Ministério Público;
- determinações judiciais relacionadas à garantia do direito ao transporte escolar;
- acompanhamento e fiscalização pelo CACS-FUNDEB;
- cumprimento de diretrizes estabelecidas em normativas aplicáveis à gestão do transporte escolar.

Nesse contexto, a existência de múltiplos fornecedores responsáveis por diferentes módulos da solução poderia gerar fragmentação da responsabilidade pela integridade das informações e pela rastreabilidade das operações, dificultando a apuração de falhas e inconsistências.

Tal cenário comprometeria a eficiência da gestão e a segurança jurídica da Administração, em desacordo com os princípios da eficiência, transparência e segurança jurídica, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Impactos do parcelamento na economicidade da contratação

A contratação unificada da solução também se mostra mais vantajosa sob o ponto de vista econômico.

A eventual fragmentação do objeto implicaria:

- necessidade de integração entre sistemas de fornecedores distintos;
- contratação adicional de serviços de interoperabilidade tecnológica;
- duplicidade de custos de implantação e treinamento;
- aumento da complexidade na gestão contratual;
- maior risco de necessidade de futuras contratações complementares.

A contratação integrada permite maior eficiência na implantação da solução, reduz custos operacionais e evita despesas adicionais decorrentes da integração entre sistemas distintos.

Dessa forma, a contratação única mostra-se mais compatível com o princípio da economicidade, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

10.4 Responsabilidade técnica e garantia de desempenho

A adoção de fornecedor único para a solução integrada possibilita estabelecer cadeia clara de responsabilização quanto:

- ao desempenho global do sistema;
- ao funcionamento dos equipamentos embarcados;
- à integridade e segurança das informações;
- à implantação e migração de dados;
- ao suporte técnico e treinamento de usuários;
- ao cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos contratualmente (SLA).

Em contrapartida, a existência de múltiplos fornecedores poderia gerar situações de conflito quanto à atribuição de responsabilidade por falhas ou interrupções do sistema, comprometendo a continuidade e a confiabilidade do serviço.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação de solução tecnológica integrada para gestão e monitoramento do transporte escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio de Jesus apresenta relação direta com outros serviços, contratos administrativos e instrumentos de gestão já existentes ou que poderão ser futuramente implementados pelo Município.

Embora o objeto desta contratação possua natureza integrada e indivisível, conforme fundamentado no Item 9 deste Estudo Técnico Preliminar, existem contratações correlatas e interdependências operacionais e informacionais que contribuem para a plena execução, fiscalização e eficiência do serviço público de transporte escolar.

Tais interdependências não configuram obrigatoriedade de contratação conjunta, mas exigem compatibilidade tecnológica, integração de dados e alinhamento operacional, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.1 Contratações de Transporte Escolar (Terceirizado e Frota Própria)

O sistema tecnológico a ser contratado utilizará dados provenientes dos contratos de transporte escolar terceirizado e também das operações realizadas pela frota própria do Município.

Nesse contexto, a solução tecnológica impactará diretamente:

- a fiscalização do cumprimento das rotas contratadas;
- a comprovação da quilometragem efetivamente percorrida;
- o controle de embarque e desembarque de estudantes;
- a verificação das condições operacionais dos veículos e da atuação dos condutores.

Interdependência: os contratos de transporte escolar passarão a ser fiscalizados com apoio das funcionalidades do sistema, possibilitando controle eletrônico das rotas e da execução contratual. Entretanto, não há dependência jurídica que justifique licitação conjunta, tratando-se de vínculo exclusivamente operacional e informacional.

11.2 Contratação de Consultoria Técnica para Operacionalização do Sistema SETE/FNDE

Destaca-se como contratação correlata relevante a eventual contratação de empresa de consultoria técnica especializada para a implantação, operacionalização e atualização permanente das informações no Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar SETE, disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tal serviço poderá compreender:

- cadastramento e validação de estudantes beneficiários do transporte escolar;
- cadastro e atualização de veículos e condutores;
- elaboração e revisão de rotas georreferenciadas;
- verificação presencial dos trajetos utilizados;
- apoio técnico ao planejamento logístico do transporte escolar.

Interdependência: os dados estruturados no SETE poderão subsidiar a alimentação, validação ou integração de informações com o sistema municipal de monitoramento do transporte escolar, contribuindo para maior precisão no planejamento e fiscalização do serviço.

11.3 Contratos de Manutenção e Abastecimento da Frota

As informações coletadas pelo sistema contratado, como quilometragem rodada, rotas executadas, identificação de motoristas e histórico de utilização dos veículos, poderão ser utilizadas como base informacional para:

- gestão do consumo de combustível;
- controle de abastecimento da frota;
- planejamento de manutenção preventiva e corretiva;
- verificação de parâmetros de desempenho operacional.

Interdependência: os contratos de manutenção e abastecimento passam a possuir dependência informacional, uma vez que os dados gerados pelo sistema poderão subsidiar decisões administrativas e procedimentos de controle interno, sem que isso implique necessidade de contratação conjunta.

11.4 Aquisição ou Locação de Equipamentos e Conectividade Móvel

A solução tecnológica deverá prever o fornecimento, em regime de comodato, dos dispositivos necessários ao funcionamento do sistema, tais como:

- equipamentos de rastreamento veicular (GPS);
- leitores ou identificadores de QR Code ou RFID;
- modems ou módulos de comunicação.

Entretanto, futuramente poderão ocorrer contratações complementares, como:

- contratação de planos de dados móveis para conectividade;
- aquisição de equipamentos adicionais em caso de ampliação da frota ou expansão do serviço.

Interdependência: eventuais contratações deverão observar compatibilidade tecnológica e integração plena com a solução contratada, garantindo a continuidade e estabilidade do sistema.

11.5 Impressão de Materiais de Identificação (Carteirinhas com QR Code)

O sistema deverá possibilitar a geração de credenciais de identificação de estudantes, com utilização de QR Code ou tecnologia equivalente.

A impressão desses materiais poderá ocorrer:

- pela própria empresa contratada;
- por estrutura interna da Administração Municipal; ou
- por contratação complementar específica.

Interdependência: a relação é apenas operacional, devendo os materiais impressos respeitar os padrões tecnológicos e de identificação definidos pela plataforma contratada.

11.6 Integração com Sistemas Educacionais e Bases de Dados Governamentais

A solução tecnológica deverá possibilitar integração com bases institucionais e educacionais relevantes, tais como:

- o Censo Escolar coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- sistemas educacionais eventualmente utilizados pela Secretaria Municipal de Educação;
- bases administrativas relacionadas à gestão de estudantes, matrículas e unidades escolares.

Interdependência: trata-se de integração informacional, necessária para padronização e interoperabilidade de dados, sem exigência de contratação conjunta.

11.7 Serviços Complementares de Apoio à Gestão e Fiscalização

A contratação também se articula com outros serviços de apoio à gestão do transporte escolar, tais como:

- serviços de vistoria e inspeção veicular;
- capacitação de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual;
- aplicação dos instrumentos normativos e operacionais do Programa de Transporte Escolar Gratuito (TEG).

Tais iniciativas contribuem para assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, de segurança e de qualidade na prestação do serviço.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de solução tecnológica integrada para gestão, monitoramento e controle do transporte escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio de Jesus encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, às políticas públicas educacionais e às diretrizes de modernização da gestão pública, transparência e eficiência administrativa.

A demanda decorre da necessidade de aprimorar os mecanismos de planejamento, fiscalização e controle da execução do transporte escolar, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior segurança aos estudantes transportados. Tal iniciativa está em consonância com os princípios da eficiência, da transparência previstos no artigo 37 da Constituição Federal, bem como com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que incentiva a utilização de soluções tecnológicas para aprimorar a gestão contratual e o controle da Administração Pública.

A adoção de sistema tecnológico específico para gestão do transporte escolar permitirá o acompanhamento em tempo real das rotas realizadas, o controle de embarque e desembarque de estudantes, o registro de quilometragem percorrida, bem como a geração de relatórios gerenciais que subsidiem a tomada de decisões administrativas e o aperfeiçoamento contínuo da política pública de transporte escolar.

Além disso, a implementação da solução contribuirá para o fortalecimento das ações de planejamento logístico da rede de transporte escolar, permitindo maior precisão na definição de rotas, otimização da utilização da frota, redução de custos operacionais e melhoria na qualidade do serviço prestado aos estudantes da rede pública de ensino.

A contratação também se alinha às diretrizes e instrumentos de gestão do transporte escolar adotados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas de apoio ao planejamento e monitoramento das rotas cadastradas no Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar – SETE, o que possibilita maior integração entre as bases de dados educacionais e os sistemas de gestão municipal.

A presente contratação encontra-se prevista no planejamento da Administração Municipal, estando formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. Há compatibilidade entre a necessidade identificada, a previsão orçamentária e a programação financeira do Município, demonstrando o adequado alinhamento entre planejamento, orçamento e execução administrativa.

Ademais, a estimativa de valor e o prazo de implementação da solução foram definidos considerando a abrangência do sistema, o número de veículos e rotas atendidas, a necessidade de integração com bases educacionais existentes e a importância de garantir continuidade, segurança e confiabilidade no monitoramento do transporte escolar.

Dessa forma, a presente contratação representa medida estratégica para o fortalecimento da governança pública, contribuindo para a modernização da gestão do transporte escolar, para a melhoria dos mecanismos de fiscalização contratual e para a ampliação da transparência na aplicação dos recursos públicos destinados à política educacional do Município.

13. Justificativa Técnica e Econômica

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada em análise técnica e econômica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, que considerou as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, as alternativas disponíveis no mercado e os princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista técnico, a adoção de solução tecnológica integrada para gestão do transporte escolar, em modelo SaaS (Software como Serviço), apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender à complexidade operacional do serviço. O sistema proposto permite a integração de múltiplos módulos — como cadastro de estudantes, roteirização, monitoramento por GPS, controle de embarque e desembarque e geração de relatórios — em uma única plataforma, garantindo interoperabilidade, rastreabilidade e confiabilidade das informações.

Além disso, a solução possibilita o monitoramento em tempo real das rotas, o controle individualizado da frequência dos estudantes e a fiscalização efetiva da execução contratual, superando as fragilidades identificadas nos métodos atualmente utilizados, baseados em controles manuais e sistemas integrados.

A análise comparativa das alternativas evidenciou que modelos como o desenvolvimento de sistema próprio ou a contratação fragmentada de soluções tecnológicas apresentam desvantagens significativas, tais como elevados custos de implantação e manutenção, riscos de incompatibilidade entre sistemas, maior complexidade de gestão e menor confiabilidade das informações.

Por outro lado, a contratação de solução integrada em modelo SaaS garante atualização contínua do sistema, padronização dos processos operacionais e redução de riscos tecnológicos, além de assegurar maior eficiência na implantação e operação do serviço.

Sob o aspecto econômico, a solução proposta demonstra-se vantajosa ao eliminar a necessidade de investimentos iniciais em infraestrutura tecnológica, como aquisição de servidores, desenvolvimento de software e contratação de equipe técnica especializada. O modelo de pagamento periódico permite maior previsibilidade orçamentária e adequação às condições financeiras do Município .

Adicionalmente, a utilização de sistema integrado contribui para a redução de custos operacionais, por meio da otimização de rotas, diminuição de desperdícios, mitigação de fraudes e melhoria no controle da execução dos serviços .

O levantamento de mercado realizado por meio do Chamamento Público SME nº 02/2025 permitiu identificar soluções maduras e consolidadas, com preço médio anual estimado em R\$ 577.838,33 valor compatível com os serviços ofertados e com a realidade do mercado .

Dessa forma, verifica-se que os benefícios técnicos e operacionais da solução superam os custos estimados da contratação, especialmente no que se refere à melhoria da gestão, ao fortalecimento da fiscalização, à ampliação da transparência e à maior eficiência na aplicação dos recursos públicos .

Conclui-se, portanto, que a contratação da solução integrada de gestão do transporte escolar em modelo SaaS é tecnicamente adequada e economicamente viável, constituindo a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de solução tecnológica integrada para gestão, monitoramento e controle do transporte escolar tem como objetivo promover a modernização da gestão desse serviço essencial, com foco na segurança dos estudantes, na eficiência operacional, na transparência administrativa e no aprimoramento dos mecanismos de fiscalização.

Os resultados esperados decorrem da necessidade de fortalecimento da governança pública, da melhoria do controle da execução contratual e da utilização de ferramentas tecnológicas que permitam maior precisão no planejamento e na gestão do transporte escolar, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, transparência, rastreabilidade e controle social, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, os principais benefícios esperados com a implantação da solução tecnológica são os seguintes:

14.1 Fortalecimento da segurança dos estudantes

- registro individualizado de embarque e desembarque de estudantes por meio de tecnologias de identificação digital, como QR Code ou equivalente;
- monitoramento da localização dos veículos utilizados no transporte escolar;
- maior controle sobre a execução das rotas e os horários de operação;
- possibilidade de identificação rápida de eventuais irregularidades operacionais, contribuindo para maior segurança no deslocamento dos alunos.

14.2 Rastreabilidade e controle da execução do serviço

- registro eletrônico das rotas executadas, horários e quilometragem percorrida;
- acompanhamento das atividades dos veículos vinculados ao transporte escolar;
- geração de registros auditáveis que possam subsidiar a fiscalização contratual e o controle interno da Administração;
- ampliação da transparência das informações para os órgãos de controle e instâncias de acompanhamento social, como Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

14.3 Otimização da logística e melhoria da eficiência operacional

- apoio ao planejamento e à organização das rotas de transporte escolar;
- identificação de possíveis sobreposições ou ineficiências na execução dos trajetos;
- utilização mais racional da frota disponível;
- aprimoramento do controle de quilometragem e da utilização dos veículos.

14.4 Transparência e suporte à fiscalização

- disponibilização de relatórios gerenciais e operacionais que auxiliem a atuação dos gestores públicos;
- fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento da execução do transporte escolar;
- apoio à prestação de contas relacionada à utilização de recursos públicos destinados ao transporte escolar, inclusive aqueles provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

14.5 Melhoria da gestão e da tomada de decisões

- consolidação de base de dados estruturada sobre estudantes atendidos, veículos, rotas e condutores;

- disponibilização de indicadores gerenciais relacionados ao desempenho do serviço;
- apoio ao planejamento orçamentário e à definição de estratégias para ampliação ou reorganização das rotas de transporte escolar.

14.6 Modernização administrativa

- substituição gradual de controles manuais por registros digitais e automatizados;
- redução de erros operacionais e inconsistências cadastrais;
- fortalecimento da gestão tecnológica no âmbito do setor responsável pelo transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação.

12.7 Resultados esperados com a implantação da solução

Com a implementação da solução tecnológica integrada, pretende-se que o transporte escolar municipal passe a operar com maior nível de organização e controle, com rotas estruturadas, monitoramento das atividades da frota e disponibilização de informações gerenciais que apoiem a gestão pública e a fiscalização do serviço.

Como metas iniciais associadas à implantação do sistema, destacam-se:

- a) realizar o recadastramento e organização das informações relativas aos estudantes usuários do transporte escolar no prazo estimado de até 03 (três) meses após a assinatura do contrato;
- b) implantar mecanismos digitais de registro e controle das operações do transporte escolar nos veículos vinculados ao serviço, no prazo estimado de até 03 (três) meses;
- c) aprimorar o planejamento das rotas e identificar eventuais sobreposições ou ineficiências operacionais no prazo estimado de até 12 (doze) meses, com base nas informações geradas pelo sistema;
- d) disponibilizar relatórios gerenciais periódicos para os gestores da Secretaria Municipal de Educação e para os órgãos de controle competentes, assegurando a rastreabilidade das informações relevantes à gestão e à fiscalização do serviço.

Dessa forma, a contratação proposta contribuirá para elevar o nível de controle, segurança, transparência e eficiência na gestão do transporte escolar, permitindo que a Administração Pública opere com base em informações estruturadas, confiáveis e auditáveis, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão pública.

15. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada instrução processual, a segurança jurídica e a eficiência da contratação da solução tecnológica integrada para gestão e monitoramento do transporte escolar, a Administração Municipal deverá adotar, previamente à formalização do contrato, um conjunto de providências de natureza técnica, jurídica, administrativa, orçamentária e operacional, conforme disposto na Lei nº 14.138/2021.

As medidas a seguir elencadas têm como objetivo garantir a viabilidade da contratação, a adequada definição das obrigações contratuais e a correta implementação da solução tecnológica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio de Jesus.

15.1 Elaboração e aprovação do Termo de Referência

Deverá ser elaborado e consolidado o **Termo de Referência**, contendo a descrição detalhada do objeto da contratação e as condições necessárias para sua execução.

O documento deverá contemplar, entre outros aspectos:

- valor estimado da contratação;
- especificações técnicas e funcionais da solução tecnológica;
- requisitos mínimos de desempenho do sistema e indicadores de nível de serviço (SLA);
- requisitos relacionados à implantação, suporte técnico, manutenção e atualização da plataforma;
- condições para fornecimento e instalação dos equipamentos necessários à operação do sistema, quando aplicável;
- diretrizes para treinamento dos usuários e transferência de conhecimento.

Após sua elaboração, o Termo de Referência deverá ser submetido à análise e validação da equipe responsável pelo planejamento da contratação.

15.2 Análise jurídica do processo

O processo administrativo deverá ser encaminhado à unidade de assessoramento jurídico da Administração Municipal para emissão de parecer jurídico, com análise da legalidade dos atos preparatórios da contratação.

Assinado por 1 pessoa: MARIA EDILEIDE DE SOUZA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao>

A manifestação jurídica deverá avaliar, entre outros aspectos:

- a conformidade do Termo de Referência e do edital;
- a adequação da modalidade de licitação adotada;
- a regularidade da minuta contratual;
- a observância das normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, incluindo as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

15.3 Previsão e disponibilidade orçamentária

Antes da publicação do edital, deverá ser confirmada a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação.

Nesse sentido, deverá ser emitida a respectiva reserva de dotação orçamentária, observando-se as normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei nº 14.133/2021, garantindo a compatibilidade entre o planejamento da contratação e a programação financeira do Município.

15.4 Designação dos fiscais do contrato

A Administração deverá promover a designação formal dos responsáveis pela fiscalização do contrato, em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização poderá envolver:

- fiscalização técnica, relacionada ao funcionamento da solução tecnológica;
- fiscalização operacional, voltada ao acompanhamento da utilização do sistema no âmbito do transporte escolar;
- fiscalização administrativa, responsável pelo acompanhamento das obrigações contratuais e dos pagamentos.

A designação deverá ocorrer por meio de ato administrativo formal, com definição clara das atribuições dos servidores designados e previsão de substituição em caso de impedimento.

15.5 Planejamento da implantação da solução tecnológica

Deverá ser elaborado plano de implantação da solução tecnológica, contemplando as etapas necessárias para a implementação do sistema, incluindo:

- levantamento das informações existentes sobre estudantes, veículos, condutores e rotas;
- organização e padronização dos cadastros que serão utilizados pelo sistema;
- definição do cronograma de implantação e de capacitação dos servidores envolvidos na operação da plataforma.

Essa etapa é fundamental para garantir a adequada integração entre o sistema contratado e os processos administrativos já existentes na gestão do transporte escolar.

15.6 Estruturação do processo de migração e organização de dados

A Administração deverá promover o levantamento e a organização das bases de dados existentes relacionadas ao transporte escolar, com o objetivo de possibilitar sua utilização no sistema a ser implantado.

Essa providência poderá incluir:

- consolidação de informações sobre estudantes usuários do transporte escolar;
- identificação e cadastro de veículos e condutores;
- organização das rotas atualmente executadas;
- padronização das informações em formatos que permitam sua importação para a nova plataforma.

Todo o tratamento de dados deverá observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

15.7 Definição de diretrizes de segurança e proteção de dados

Deverão ser estabelecidas, no edital e no contrato, cláusulas específicas relacionadas à proteção de dados pessoais, considerando que o sistema poderá tratar informações relativas a estudantes e demais usuários do serviço.

Nesse sentido, deverão ser previstas obrigações relacionadas a:

- segurança da informação e proteção de dados;
- confidencialidade das informações tratadas pelo sistema;
- responsabilidades da empresa contratada no tratamento de dados pessoais;
- adoção de medidas técnicas e administrativas para prevenção de acessos não autorizados ou uso indevido das informações.

1.8 Fonte de recursos da contratação

A contratação da solução tecnológica será custeada com recursos próprios do Município e/ou outras fontes orçamentárias locais, não sendo prevista a utilização de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE para pagamento de licenças de uso de software, serviços de hospedagem em nuvem, suporte técnico ou demais componentes tecnológicos da solução.

Essa opção decorre da natureza específica dos recursos do programa, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cuja finalidade principal está relacionada à manutenção e à operação direta do transporte escolar, como custeio de veículos e serviços de transporte, não abrangendo despesas com desenvolvimento ou licenciamento de sistemas informatizados.

Dessa forma, assegura-se o respeito à destinação legal dos recursos federais e, ao mesmo tempo, viabiliza-se a implementação de ferramenta tecnológica voltada ao aprimoramento da gestão, da transparência e da fiscalização do transporte escolar municipal.

16. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de solução tecnológica integrada, na modalidade **Software como Serviço (SaaS)**, para gestão e monitoramento do transporte escolar poderá envolver a utilização de equipamentos eletrônicos embarcados nos veículos, tais como dispositivos de rastreamento (GPS), módulos de comunicação, leitores de identificação digital e demais componentes tecnológicos necessários ao funcionamento da plataforma.

Embora a solução proposta não envolva aquisição direta de bens permanentes em grande escala nem consumo significativo de recursos naturais pela Administração Pública, podem ocorrer impactos ambientais indiretos, principalmente relacionados:

- ao uso de equipamentos eletrônicos;
- à geração potencial de resíduos tecnológicos (lixo eletrônico);
- ao consumo de energia associado ao funcionamento dos dispositivos e da infraestrutura de processamento em nuvem;
- à necessidade de descarte ambientalmente adequado ao final do ciclo de vida dos equipamentos.

Diante disso, a Administração deverá observar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na contratação, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

16.1 Requisitos de sustentabilidade aplicáveis à contratação

O Termo de Referência e o instrumento contratual poderão prever requisitos voltados à redução de impactos ambientais, tais como:

- utilização de equipamentos eletrônicos com baixo consumo de energia e maior eficiência energética;
- adoção de componentes e baterias com maior durabilidade e menor impacto ambiental;
- utilização de infraestrutura tecnológica em nuvem que adote boas práticas de eficiência energética em centros de dados;
- priorização de processos digitalizados, reduzindo a necessidade de registros físicos, formulários impressos e consumo de papel;
- utilização preferencial de meios digitais para identificação e controle dos usuários do transporte escolar, quando tecnicamente viável.

16.2 Logística reversa e descarte ambientalmente adequado

Considerando que os equipamentos tecnológicos utilizados poderão ser fornecidos pela empresa contratada, deverá ser prevista no contrato a responsabilidade da contratada pelo gerenciamento do ciclo de vida desses dispositivos, especialmente quanto à substituição e ao descarte ambientalmente adequado.

Nesse sentido, poderão ser estabelecidas obrigações relacionadas a:

- recolhimento de equipamentos danificados, obsoletos ou substituídos;
- destinação adequada dos componentes eletrônicos por meio de empresas especializadas ou programas de reciclagem;
- observância das diretrizes de logística reversa previstas na Lei nº 12.305/2010.

Essas medidas visam evitar o descarte inadequado de resíduos eletrônicos e contribuir para a redução dos impactos ambientais associados ao uso de equipamentos tecnológicos.

16.2.1. A contratada deverá apresentar, semestralmente ou ao término do contrato, o **Certificado de Destinação Final (CDF)** ou documento equivalente que comprove o descarte ambientalmente adequado dos componentes eletrônicos substituídos ou obsoletos, emitido por empresa devidamente licenciada pelos órgãos ambientais.

16.3 Contribuições ambientais indiretas da solução tecnológica

Além das medidas de mitigação, a própria implementação da solução tecnológica poderá gerar benefícios ambientais indiretos, especialmente relacionados à melhoria da gestão do transporte escolar, tais como:

- aprimoramento do planejamento e da organização das rotas de transporte;
- redução de trajetos desnecessários ou sobrepostos;
- melhor aproveitamento da frota disponível;
- redução potencial do consumo de combustível decorrente da otimização logística;
- diminuição do uso de papel em processos administrativos relacionados ao controle e à fiscalização do transporte escolar.

Dessa forma, embora a contratação envolva o uso de recursos tecnológicos, a adoção de práticas adequadas de sustentabilidade e gestão de resíduos contribui para minimizar impactos ambientais e, ao mesmo tempo, promover melhorias na eficiência operacional do transporte escolar.

Assim, a solução proposta observa os princípios de sustentabilidade, responsabilidade ambiental e eficiência na gestão pública, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de administração pública.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Após a realização dos estudos técnicos necessários, a análise das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, o levantamento de alternativas disponíveis no mercado e a avaliação dos aspectos técnicos, operacionais, jurídicos e orçamentários, a equipe de planejamento da contratação conclui pela viabilidade da contratação da solução tecnológica integrada para gestão e monitoramento do transporte escolar no âmbito do Município de Santo Antônio de Jesus.

A solução proposta apresenta-se adequada para atender às demandas da Administração Pública Municipal relacionadas ao planejamento, controle, monitoramento e fiscalização da execução do transporte escolar, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos estudantes da rede pública de ensino.

A análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

- a necessidade da contratação está devidamente justificada e alinhada às políticas públicas educacionais e às diretrizes de modernização da gestão pública;
- existem soluções tecnológicas disponíveis no mercado capazes de atender às especificações e aos requisitos definidos pela Administração;
- os benefícios esperados com a implantação da solução superam os custos estimados da contratação, especialmente no que se refere à melhoria do controle da execução do transporte escolar, à otimização da operação e ao fortalecimento da transparência administrativa;
- há compatibilidade entre a contratação pretendida, o planejamento institucional e a disponibilidade orçamentária do Município.

Além disso, a contratação está alinhada às diretrizes e instrumentos de gestão do transporte escolar adotados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como às boas práticas de governança pública e de utilização de soluções tecnológicas para apoiar a gestão administrativa.

Diante do exposto, a equipe de planejamento manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, recomendando o prosseguimento das etapas subsequentes do procedimento licitatório, com a elaboração do Termo de Referência, a análise jurídica do processo e a posterior realização da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Assim, declara-se tecnicamente viável e adequada a contratação da solução tecnológica para gestão do transporte escolar, considerando sua relevância para o aprimoramento da gestão pública, para o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e para a melhoria da eficiência administrativa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: .

FERNANDA CRISTINA SANTOS DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 14:54:30.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Matriz de Gerenciamento de Riscos
Processo Administrativo 16.232/2025

Gestão Integrada do Transporte Escolar (ETP 84/2026)

1. Riscos de Planejamento e Seleção do Fornecedor

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Inadequação técnica da solução ofertada pelo licitante vencedor.	Crítico	Média	Realização obrigatória de Prova de Conceito (POC) com critérios de "Atende/Não Atende" e testes de estresse (30 alunos em 90s).
Subestimativa de custos baseada em média de mercado defasada.	Moderado	Baixa	Utilização do preço médio referencial de R\$ 577.832,58 obtido via Chamamento Público específico (SME nº 02/2025).
Restrição à competitividade por exigências de qualificação técnica.	Moderado	Baixa	Fixação de exigência mínima de comprovação de apenas 30% do quantitativo de alunos da contratação, observando a proporcionalidade.

2. Riscos de Implantação e Tecnologia

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Atraso na implantação e migração de dados.	Alto	Média	Estabelecimento de prazo de 90 dias para conclusão total e início em 5 dias após a Ordem de Serviço, com suporte presencial/remoto.
Perda ou vazamento de dados sensíveis de menores (LGPD).	Crítico	Baixa	Exigência de criptografia HTTPS, controle de permissões por perfil, backup diário automatizado e plano de recuperação de desastres (DR).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Aprisionamento tecnológico	Moderado	Média	Obrigatoriedade de exportação em formato aberto (CSV, XML, JSON) e entrega do banco de dados completo em 15 dias após o término do contrato.

3. Riscos Operacionais e Logísticos

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Falha ou dano nos equipamentos em comodato (GPS/Leitores).	Alto	Média	Manutenção de estoque de reserva técnica de no mínimo 5% para substituição em até 3 horas; emissão de laudos técnicos para apurar responsabilidade.
Resistência ou erro de uso por motoristas e gestores.	Moderado	Alta	Realização de treinamento mínimo de 8 horas por grupo de usuários e disponibilização de suporte técnico contínuo.
Inconsistência no cadastramento de estudantes.	Alto	Média	Triagem prévia de 16.320 alunos para identificar os 7.631 beneficiários efetivos, com identificação geográfica obrigatória (latitude/longitude).

4. Riscos Jurídicos e de Conformidade

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Descumprimento de TACs ou decisões judiciais.	Crítico	Baixa	Auditoria completa das operações e monitoramento em tempo real para atender especificamente à Ação Civil Pública de 21/02/2024 e TACs 001/2019 e 001/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Risco	Impacto	Probabilidade	Medidas de Mitigação
Conflito de responsabilidade em subcontratações.	Moderado	Baixa	Vedação de subcontratar o núcleo essencial (software/banco de dados) e manutenção da responsabilidade integral da contratada principal.
Uso indevido de recursos federais (PNATE).	Crítico	Baixa	Pagamento da solução exclusivamente com recursos próprios do Município, respeitando a destinação legal do FNDE/PNATE.

Fernanda Cristina Santos de Araújo
Membro da Equipe de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS/BA

(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO
ANTONIO DE JESUS, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, inscrita no CNPJ: 13.825.476/0001-03, por intermédio Secretaria Municipal de Educação com sede na Praça Maria do Rosário, nº 127, Centro, CEP 44.430-118, na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, neste ato representado (a) pelo (a), nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº, de publicada no de, doravante ***** ** 20** DOM 20** denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado [CONTRATADO], [CNPJ], (a) na , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado [endereço] [cidade][UF] (a) por , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em apresentada nos autos], 1Doc nº 16.232/2025 observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº , mediante as Pregão Eletrônico XX/XXXX cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários, para atender à Secretaria Municipal de Educação, de Santo Antônio de Jesus/BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.8. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

7.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

7.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

7.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

7.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

7.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

7.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

7.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15;

7.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

7.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

8.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 8.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 8.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 8.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 8.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 8.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 8.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 8.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



8.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

8.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

8.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

8.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

8.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

8.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

8.36. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

8.37. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

8.38. *Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.*

8.38.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de*

todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

9.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

9.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

9.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

9.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

9.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

9.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

9.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

9.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

9.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

9.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

9.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santo Antônio de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Santo Antônio de Jesus, ** de *** de 2026.*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA

Processo Administrativo nº 16.232-2026

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

1. O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação]* n.º *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



5.1.2. demonstracão de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitacão prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorizacão do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitacão da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execucão de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorizacão do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisicão ou a contratacão solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivacão da contratacão, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitacão do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisicões ou contratacões adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisicão emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administracão Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administracão Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execucão descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedacão a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZACÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgacão no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogacão da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026/PE/SRP**
(Processo Administrativo nº 16.232/2025)

Planilha de Preços e Quantitativos
[para envio pelos melhores classificados]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO Contratação de empresa especializada, visando à locação de software para gestão do transporte escolar, incluindo implantação, manutenção, suporte técnico e hospedagem em nuvem, com funcionalidades de controle de embarque e desembarque por leitura digital, geolocalização dos estudantes e emissão de relatórios gerenciais, além do fornecimento dos equipamentos necessários, para atender à Secretaria Municipal de Educação, de Santo Antônio de Jesus/BA.		

Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
	[O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I]					
Valor Total da Proposta						

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026/PE/SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F63C-C013-04C2-D917

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA EDILEIDE DE SOUZA CASTRO (CPF 429.XXX.XXX-91) em 18/05/2026 10:57:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sajba.1doc.com.br/verificacao/F63C-C013-04C2-D917>